



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CAMPUS SOBRAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS

MESTRADO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

**SAÚDE MENTAL E TRABALHO: POTENCIALIDADES E TENSIONAMENTOS
PARA REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL PELO PROGRAMA MAIS EMPREGO DE
SOBRAL**

Discente: Naiana Silva Araújo

Orientador: Paulo Henrique Dias Quinderé

SOBRAL

2025

NAIANA SILVA ARAÚJO

SAÚDE MENTAL E TRABALHO: POTENCIALIDADES E TENSIONAMENTOS PARA
REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL PELO PROGRAMA MAIS EMPREGO DE SOBRAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Psicologia e Políticas Públicas (PPGPPPP) da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia e Políticas Públicas. Linha de Pesquisa: Clínica, Saúde e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Dias Quinderé.

SOBRAL

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A69s Araújo, Naiana Silva.

SAÚDE MENTAL E TRABALHO: POTENCIALIDADES E TENSIONAMENTOS PARA
REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL PELO PROGRAMA MAIS EMPREGO DE SOBRAL /

Naiana Silva

Araújo. – 2025.

83 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral, Programa de Pós-Graduação Profissional em Psicologia e Políticas Públicas, Sobral, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Paulo Henrique Dias Quinderé.

1. Psicologia. 2. Políticas públicas. 3. Trabalho. 4. Saúde mental. 5. Reabilitação psicossocial. I. Título.

CDD 302.5

NAIANA SILVA ARAÚJO

SAÚDE MENTAL E TRABALHO: POTENCIALIDADES E TENSIONAMENTOS PARA REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL PELO PROGRAMA MAIS EMPREGO DE SOBRAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Psicologia e Políticas Públicas (PPGPPPP) da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia e Políticas Públicas. Linha de Pesquisa: Clínica, Saúde e Políticas Públicas.

Aprovada em: 14/10/2025

BANCA EXAMINADORA

Dr. Paulo Henrique Dias Quinderé
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dr. Iratan Bezerra de Sabóia
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dr. Pedro Renan Santos de Oliveira
Universidade Federal Fluminense (UFF)

SOBRAL

2025

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser fonte de força e esperança em cada etapa deste percurso, guiando-me com sabedoria e amparo nos momentos de maior desafio.

Ao meu esposo, Artur, pelo amor paciente e pelo cuidado no cotidiano que se fez porto seguro.

À minha família, alicerce de generosidade e apoio incondicional, que se manifestou em palavras, gestos e acolhimento.

À minha mãe, Ivoneide, e ao meu pai, Odair, por acreditarem em mim com bravura.

Às minhas irmãs, Daiane e Naiara, pelo companheirismo que só o amor podem sustentar.

Às minhas avós queridas, que nas mensagens simples transmitiam carinho, ânimo e esperança.

Aos meus amigos, pela confiança e pela presença em forma de escuta e abraço, mesmo à distância.

Sou grata aos colegas de turma do mestrado, pelas trocas e momentos vividos em conjunto, que tornaram a caminhada mais leve e significativa.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Paulo Quinderé, pelo suporte, orientações cuidadosas, incentivo e compromisso em cada etapa desse trabalho.

Agradeço à banca examinadora, composta pelos professores Dr. Pedro Renan e Dr. Iratan Sabóia, pelas contribuições preciosas que ampliaram meus horizontes e enriqueceram este estudo.

Certamente, essa caminhada foi marcada por árduo esforço, mas também por descobertas que me transformaram no caminho. Carrego comigo não apenas as páginas escritas, mas o aprendizado alicerçado em cada experiência vivida na travessia desse capítulo da minha vida.

RESUMO

Mesmo com os avanços das discussões acerca da saúde mental, a sociedade contemporânea ainda persiste na reprodução de uma visão manicomial, marginalizada e incapacitante sobre pessoas que realizam acompanhamento nos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Essa visão estigmatizada promove exclusão e discriminação, impactando não apenas no processo de cuidado em saúde desses sujeitos, como também nas relações com a comunidade, no acesso ao trabalho e na reintegração econômica. Diante disso, a presente dissertação teve como objetivo compreender a reabilitação psicossocial de usuários de saúde mental, através da reinserção no mercado de trabalho, pelo Programa Mais Emprego, Mais Sobral. Objetivaram-se, especificamente, mapear as principais necessidades que estão sendo vivenciadas nos serviços de atuação profissional que estão inseridos; identificar as necessidades de aprimoramento técnico profissional; discutir a interface entre o consumo de álcool e outras drogas de usuários da RAPS com o trabalho; construir um curso de aprimoramento profissional que atenda às necessidades identificadas e forneça estratégias de cuidado para manutenção da saúde psíquica. A perspectiva metodológica é qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, que utilizou como instrumentos de coleta questionário sociodemográfico e entrevistas semiestruturadas. Os participantes foram organizados em dois grupos: usuários RAPS inseridos no programa de trabalho Mais Emprego e os respectivos tutores institucionais, totalizando nove informantes, sendo seis usuários e três tutores. A análise de dados foi conduzida com base na Análise do Discurso Dialógica (ADD), buscando compreender os sentidos produzidos nas narrativas, a partir das relações entre linguagem, contexto e ideologia. Os resultados apontaram campo dialético acerca da reabilitação psicossocial pela via de reinserção ao mercado de trabalho, com potencialidades e desafios a serem trabalhados. Também, ficou evidente a necessidade de formações que contemplem não apenas conteúdos técnicos, mas também aspectos relacionais, afetivos e pedagógicos, com metodologias acessíveis adaptadas às singularidades dos participantes. Além disso, destacou-se a importância de intervenções voltadas ao cuidado no consumo de substâncias, pautadas na perspectiva da redução de danos, com abordagem não punitiva. Como produtos técnicos, foi realizado o primeiro simpósio de saúde mental e economia solidária, que apresentou discussões e contribuições acerca desses dois campos. Ademais, foi construído um curso de aprimoramento profissional com sugestão de metodologias inclusivas, articulando cuidado continuado e trabalho. O curso é uma proposta de tecnologia social replicável, com estratégias de fortalecimento da reabilitação psicossocial pelo trabalho.

Palavras-chave: psicologia; políticas públicas; trabalho; saúde mental; reabilitação psicossocial.

ABSTRACT

Despite advances in discussions on mental health, contemporary society still reproduces a custodial, marginalized, and disabling view of people who receive care in the Psychosocial Care Network (RAPS). This stigmatized perception fosters exclusion and discrimination, affecting not only the health care process of these individuals but also their relationships with the community, access to work, and economic reintegration. In this context, the present dissertation aimed to understand the psychosocial rehabilitation of mental health users through their reintegration into the labor market via the program *Mais Emprego, Mais Sobral*. Specifically, it sought to map the main needs experienced in the professional activities in which they are inserted; identify the requirements for technical and professional improvement; discuss the interface between the use of alcohol and other drugs by RAPS users and work; and design a professional development course that meets the identified needs and provides care strategies for maintaining mental health.

The methodological perspective was a qualitative study of an exploratory and descriptive nature, using a sociodemographic questionnaire and semi-structured interviews as data collection instruments. Participants were organized into two groups: RAPS users inserted into the *Mais Emprego* work program and their respective institutional tutors, totaling nine informants (six users and three tutors). Data analysis was conducted based on Dialogical Discourse Analysis (DDA), seeking to understand the meanings produced in the narratives through the interplay of language, context, and ideology.

The results pointed to a dialectical field regarding psychosocial rehabilitation through labor reintegration, with both potentialities and challenges to be addressed. The findings also highlighted the need for training that encompasses not only technical content but also relational, affective, and pedagogical aspects, with accessible methodologies adapted to participants' singularities. In addition, the importance of interventions addressing substance use care was emphasized, grounded in a harm reduction perspective and non-punitive approaches.

As technical products, the first symposium on mental health and solidarity economy was held, fostering discussions and contributions in these two fields. Furthermore, a professional development course was designed, proposing inclusive methodologies that articulate continuous care and work. This course is presented as a replicable social technology, with strategies to strengthen psychosocial rehabilitation through labor.

Keywords: Psychology; public policy; work; mental health; psychosocial rehabilitation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização dos informantes-chave. Sobral-CE, 2025.....	19
Quadro 2 - Perfil dos profissionais/tutores. Sobral-CE, 2025.....	21

LISTA DE SIGLAS

ADD – Análise do Discurso Dialógica

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CE – Ceará

CT – Comunidade Terapêutica

EPI – Equipamento de Proteção Individual

RAPS – Rede de Atenção Psicossocial

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFC – Universidade Federal do Ceará

UVA – Universidade Estadual Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 Inserção, reinserção e reabilitação psicossocial: desafios no campo da saúde mental	13
2.2 Trabalho: tensionamentos entre produtor de sociabilidade e adoecimento ..	15
2.3 A economia solidária como possibilidade de microfraturas no sistema	16
3. OBJETIVOS	20
3.1 Geral	20
3.2 Específicos	20
4. METODOLOGIA	21
4.1 Estratégia de pesquisa	21
4.2 Participantes	21
4.3 Instrumento de levantamento das informações	24
4.4 Procedimento de análise de dados	25
4.5 Aspectos éticos	27
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	28
5.1 Reabilitação psicossocial e o paradoxo do trabalho: tensões e possibilidades na reinserção laboral?	28
5.2 Interface do consumo de substâncias com o trabalho: entre o alívio e a exigência	33
5.3 Aprimoramento profissional articulado com a reabilitação psicossocial	39
6. PRODUTOS TÉCNICOS POTENCIAIS	46
6.1 I Simpósio de Saúde Mental e Economia Solidária	46
6.2 Curso de aprimoramento profissional	46
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICES	53
ANEXOS	80

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo surgiu a partir de inquietações vivenciadas na pesquisa de monografia da graduação, na qual a autora/pesquisadora buscou compreender os impactos psicossociais de pessoas que estão em transição do ambiente das ruas para as unidades de acolhimentos institucionais (abrigos provisórios). Naquele contexto, o trabalho emergia como grande potencial transformador, capaz de alterar significativamente a realidade desses indivíduos. Contudo, observou que, na vivência cotidiana, a obtenção de oportunidades era extremamente desafiadora. Essa experiência despertou inquietações e o desejo de contribuir na articulação de possibilidades que promovam reabilitação psicossocial e mudanças. Assim, o objetivo foi contribuir na construção de oportunidades e condições mais inclusivas, ampliando o acesso ao mercado de trabalho para grupos marginalizados e estimulando a reintegração social.

Mesmo na contemporaneidade, com o avanço nas discussões acerca das pessoas que realizam tratamento de saúde mental, ainda persiste visão marginalizada e incapacitante sobre estas. O preconceito, a exclusão e o estigma à pessoa que realiza tratamento nos dispositivos de saúde mental estão enraizadas na sociedade, dificultando a efetiva reinserção social dos usuários, nos diversos espaços sociais e comunitários (Fernandes *et al.*, 2024). Vecchi, Chirosi e Prado (2017) reiteram que as pessoas que utilizam serviços de saúde mental, frequentemente, enfrentam o desafio de serem desacreditadas em relação às próprias habilidades e potencialidades, tanto no âmbito profissional quanto no relacional. Essa desvalorização pode gerar dependência econômica, submissão e inércia, dificultando o exercício de direitos de cidadania. Para enfrentar essa realidade, as abordagens da desinstitucionalização e reabilitação defendem o trabalho como ferramenta essencial para promover uma integração social possível.

Quando se trata do acompanhamento de saúde mental de pessoas com transtornos relacionados ao uso de substâncias, este fenômeno se apresenta de modo multifacetado, constituído por saberes que circundam o campo político, social, jurídico, religioso, biomédico e midiáticos que, frequentemente, reforçam o discurso dominante do proibicionismo, medicalização e criminalização (Sousa *et al.*, 2021). Deste modo, as abordagens punitivas e proibicionistas trazem como referência a abstinência em detrimento da redução de danos, prioriza as Comunidades Terapêuticas (CT), em vez da Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde (SUS), e banaliza a internação involuntária que reforça as possibilidades de aplicar soluções simples para problemas complexos (Montenegro; Brillhante; Munguba, 2021).

Nesse sentido, a visão social da pessoa que consome algum tipo de droga, sobretudo, as consideradas ilícitas, é revestida pela percepção da irresponsabilidade, delinquência, afronta aos hábitos e costumes sociais aceitáveis. Assim, ao apresentá-las como ser doente ou agressivo, as ações dele passam a ser vistas como ameaçadoras, consideradas característica do comportamento e da personalidade, reforçando o estereótipo manicomial de tratamento isolado da sociedade (Neto *et al.*, 2022). Diante disto, as possibilidades de trabalho ofertadas e mantidas a este grupo populacional também são afetadas por essas perspectivas discriminatórias.

Em Sobral, o programa de empregabilidade Mais Emprego, Mais Sobral, é uma iniciativa municipal, instituída pela Lei nº 2.350, de 20 de abril de 2023, que trata-se de uma política pública de geração de emprego e renda, na qual, por meio de contratações temporárias, visa atender a demandas sociais emergenciais dos órgãos municipais e contribuir para recuperação da capacidade laboral de pessoas em vulnerabilidade social, como jovens, mulheres e, mais recentemente, pessoas com sofrimento psíquico (Sobral, 2023).

Em iniciativa inédita, em 2024, o programa lançou edital exclusivo, que destinou vinte vagas para pessoas acompanhadas pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do município ou cuidadores. Essa ação se articula diretamente com os princípios da RAPS, ao reconhecer o trabalho como estratégia de reabilitação, autonomia e valorização da vida (Saraceno, 2001). Essa proposta visa romper com a lógica manicomial e reforçar que pessoas com transtornos mentais possam aumentar autoestima, autorrealização e satisfação pessoal, por meio do desenvolvimento das capacidades laborais (Lamb *et al.*, 2021).

Portanto, este estudo se justifica pelos impactos que a representação social estereotipada acerca das pessoas que realizam acompanhamento na rede de saúde mental provoca na adesão e permanência ao mercado de trabalho. Ao considerar a estratégia municipal de reabilitação psicossocial, mediante a reinserção ao trabalho pelo Projeto Mais Emprego, buscou-se discutir os limites e as possibilidades que essa experiência oportuniza para possível reabilitação psicossocial. Nesse percurso, problematizou-se e desvelou-se como tem sido a adequação dos usuários de saúde mental ao ambiente laboral, a relação com o consumo de substâncias nas práticas institucionais e dialética entre os benefícios e possíveis malefícios do trabalho, na vivência dessas pessoas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Inserção, reinserção e reabilitação psicossocial: desafios no campo da saúde mental

A inserção social de pessoas em sofrimento psíquico, especialmente no contexto de programas de empregabilidade, como o Mais Emprego, Mais Sobral, demanda compreensão que transcende a mera inclusão em atividades laborais. Sawaia (2001) destaca que a inserção social requer abordagem ética e política que reconheça experiências dos sujeitos excluídos, emoções, histórias e contextos, de modo a promover a cidadania e a autonomia.

Sawaia (2001) enfatiza que a inclusão, quando realizada de forma superficial ou instrumental, pode perpetuar formas sutis de exclusão, por não reconhecer as singularidades e necessidades dos sujeitos. Neste sentido, critica as políticas públicas que promovem uma espécie de "inclusão perversa", na qual integra os indivíduos apenas formalmente, sem promover mudanças estruturais que garantam a plena participação na sociedade. Ressalta, ainda, que a ideia de sofrimento não é apenas individual, mas coletivo, pois está enraizado nas relações sociais e nas estruturas de poder que marginalizam determinados grupos. Assim, destaca a importância de reconhecer esse sofrimento como uma forma legítima de expressão das desigualdades sociais, que deve ser considerado na formulação de políticas públicas e práticas sociais.

Nessa mesma perspectiva, Souza e Rodrigues (2020) destacam que a construção de uma política de saúde mental, alinhada com os ideais do Movimento Brasileiro de Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, demanda reflexão sobre os modos de operacionalização da participação social. Eles argumentam que a participação ativa dos usuários nos modos de produção de cuidado é fundamental para afirmação de uma perspectiva democrática de acesso aos serviços. Pitta (2011), convergente com a ideia de saúde mental crítica, também dialoga que a Reforma Psiquiátrica se articula a um projeto de sociedade mais democrática, no qual a cidadania das pessoas em sofrimento mental não seja restringida por diagnósticos, estigmas ou institucionalizações. A autora reafirma que o cuidado em liberdade deve ser atravessado por uma ética que promova o reconhecimento das singularidades e a valorização da autonomia dos sujeitos. Nesse contexto, a inclusão social não é entendida simplesmente como o acesso ao mercado de trabalho ou à convivência comunitária, mas como a possibilidade de reconstrução de laços sociais, da identidade e participação ativa nos espaços coletivos, resgatando a potência de vida que o sofrimento psíquico, muitas vezes, silencia (Pitta, 2011).

No contexto da RAPS, a inserção social é operacionalizada por meio de serviços, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que oferecem suporte contínuo e articulado às necessidades dos usuários. Em termos conceituais, esses dispositivos são reconhecidos como fundamentais na promoção de práticas transformadoras voltadas às pessoas em sofrimento mental, tendo a reabilitação psicossocial como uma das principais estratégias. Contudo, faz-se necessário aprofundar a compreensão sobre como essas práticas são efetivamente conduzidas no cotidiano desses serviços, pois, nos últimos anos, a implementação enfrenta impasses clínicos e operacionais que perpetuam a psiquiatrização, isolamento do meio social e reforço do caráter excludente (Ribeiro; Bezerra, 2015).

Por essa razão, a reabilitação psicossocial, no campo da saúde mental crítica, ultrapassa o sentido técnico de reinserção funcional de sujeitos em sofrimento psíquico em atividades laborais ou sociais. Saraceno (2001) propõe que a reabilitação deve ser entendida como um processo de reconstrução da cidadania e de restituição da autonomia, o que implica transformações não apenas no sujeito, como também do contexto social em que ele está inserido. Para o autor, não se trata de adaptar o indivíduo ao mundo como ele é, mas de promover intervenções nas relações sociais, nos serviços e nas políticas públicas, desafiando os dispositivos de exclusão que reiteram o lugar marginalizado do louco na sociedade. Assim, a reabilitação psicossocial assume caráter político, comprometido com a desinstitucionalização e a luta por direitos.

Gorshinsk *et al.* (2024) apontam que para reabilitação psicossocial ter efetividade e despertar sentido concreto na vida do sujeito, é essencial que os objetivos do cuidado estejam alinhados aos próprios desejos e necessidades, não pairando nas expectativas da equipe técnica. Deste modo, a proposta de cuidado deve partir da escuta atenta e da valorização do projeto de vida do usuário, reconhecendo a autonomia e cidadania dele. Saraceno (2001) defende que o exercício da cidadania é efetuado pelos sujeitos, quando conseguem a contratualidade nos cenários de habitat, rede social e trabalho com valor social (Gorshinsk *et al.*, 2024). No entanto, percebe-se que no atual sistema que opera com rigidez institucional, o cotidiano do cuidado enfrenta constantes entraves, desde a fragmentação da rede de cuidado, escassez financeira e de profissionais, que limitam a autonomia dos usuários e a construção de percursos singulares de reabilitação.

Ribeiro e Bezerra (2015) apontam que a reabilitação psicossocial, em uma perspectiva crítica, provoca esse questionamento do que se faz, retira os profissionais do lugar confortável de uma clínica restrita e os convida para dimensão ampliada, que lida com a dimensão social e subjetiva dos sujeitos, validando a palavra de quem vive a realidade marginalizada para

possibilitar caminhos para ampliação da autonomia. É nessa dimensão que Pitta (2001) reitera que a reabilitação psicossocial é uma modalidade complexa e delicada para pessoas em situações vulneráveis, que demanda cuidados igualmente complexos, a ser construída em espaços concretos da vida cotidiana, na escuta, nos vínculos e na corresponsabilidade (Gorshinsk *et al.*, 2024).

2.2 Trabalho: tensionamentos entre produtor de sociabilidade e adoecimento

O trabalho humano é uma atividade complexa, multifacetada, polissêmica, que demanda diferentes abordagens para ser compreendido em totalidade. Trata-se de uma prática essencialmente humana, coletiva, que se caracteriza pela complexidade, pelo dinamismo e pela constante transformação. Diferente das atividades realizadas por outros seres vivos, o trabalho humano é orientado por intencionalidade, consciência, planejamento, estratégia e valores éticos (Fernandes; Gedrat; Vieira, 2023). São muitas as contribuições conceituais, metodológicas e empíricas produzidas a respeito do trabalho. Na contemporaneidade, apresenta desdobramento em duplicidade de sentido. Se por um lado, pode ser fonte de satisfação, oportunidades de autorrealização e expressão pessoal. Por outro, pode se tornar uma fonte de sofrimento e alienação (Fernandes; Gedrat; Vieira, 2023).

Campos (2017) aponta que as exigências no ambiente de trabalho, como a necessidade de desempenhar múltiplas funções, a pressão constante por produtividade, instabilidade nos vínculos empregatícios, ampliação das jornadas e o temor do desemprego, têm gerado impactos significativos na saúde dos trabalhadores. Esses fatores, presentes tanto no exercício quanto na ausência do trabalho, favorecem o surgimento de sofrimentos que se manifestam em formas diversas de adoecimentos físicos e psíquicos, comprometendo a dimensão subjetiva do indivíduo e contribuindo para o desenvolvimento de quadros patológicos relacionados à saúde mental.

Para Marx (2017), o trabalho é tipicamente humano, um processo entre homem e natureza, que permite a autocriação para satisfação das necessidades, na medida em que também possibilita a transformação da natureza pela força de trabalho. Portanto, o trabalho não é apenas um meio de sobrevivência, mas uma forma de mediação com a natureza e de expressão da vida social. O trabalhador, ao transformar a matéria-prima, por meio da força de trabalho, transforma também a si mesmo, desenvolvendo habilidades, saberes e relações sociais. Essa

dimensão ontológica do trabalho o constitui como produtor de sociabilidade e de sentido para a existência.

Contudo, na sociedade capitalista, o trabalho também pode ocupar um lugar que deixa de ser expressão da criatividade humana e passa a ser dominação pelas lógicas de valorização do capital. O trabalhador é reduzido à condição de força de trabalho, ao ser comprada e vendida como mercadoria, alienando-se dos produtos que produz, do processo de produção e da própria natureza criativa. Para Marx (2017), essa alienação gera ruptura entre o trabalhador e o fazer dele, provocando esvaziamento do sentido da atividade laboral, que passa a ser vista como imposição externa, e não como realização subjetiva. Nesta perspectiva, o trabalho se apresenta como ameaça a ideais de liberdade, dignidade e, sobretudo, à representação do trabalho como confronto criativo do homem com a natureza (Fernandes; Gedrat; Vieira, 2023).

Essa alienação no trabalho, também, afeta a saúde psíquica dos trabalhadores. O trabalhador passa a se distanciar do que produz, vivenciando esse afastamento como forma de estranhamento. Aquilo que é fruto de seu esforço, surge diante dele como algo externo, desvinculado de si, sem relação afetiva ou identificação. Nesse processo, o sujeito torna-se subordinado àquilo que ele mesmo criou, estabelecendo relação quase de oposição com o próprio trabalho (Campos, 2017). Na contemporaneidade, essa perda de significado tem sido um dos fatores que alimentam os adoecimentos mentais relacionados ao trabalho, especialmente em contextos marcados pela intensificação das exigências e fragilização dos vínculos subjetivos com o que se faz.

Portanto, para Marx (2017), o trabalho apresenta essa dupla dimensão. Ao mesmo tempo que pode ser espaço de produção de sociabilidade e realização humana, também é instrumento de dominação e adoecimento. Essa contradição entre o potencial emancipador do trabalho e a forma alienada e opressora nas relações capitalistas é central para compreender os impactos que as estruturas econômicas e sociais exercem sobre os sujeitos. Neste sentido, pensar o trabalho na saúde mental crítica não pode se restringir a estratégias individuais de enfrentamento do sofrimento, mas requer análise das formas sociais que o estruturam, para que se possa tentar estratégias de pequenos rompimentos nesse mesmo sistema, de modo que proporcione promoção de saúde pela identificação com a atividade e laço social que a sustenta.

2.3 A economia solidária como possibilidade de microfraturas no sistema

A economia solidária emerge como alternativa ao modelo capitalista tradicional, propõe formas de organização do trabalho baseadas na autogestão, cooperação e solidariedade (Singer,

2008). Apresenta-se como resposta organizada à exclusão pelo mercado por parte dos que desejam uma sociedade que não seja movida pela competição, na qual categoriza entre vitoriosos e derrotados. Deste modo, a economia solidária se configura como opção ética, política e ideológica, que se torna prática, quando os optantes, na maioria das vezes vindo de uma realidade de excluídos, juntam-se e constroem empreendimentos produtivos, redes de trocas, instituições financeiras, entidades representativas e tantas outras iniciativas que apontam para uma sociedade mais solidária (Brasil, 2005).

Ao pensar na articulação entre Saúde Mental e Economia Solidária, Singer (2005) e Fabretti, Silva e Carvalho (2021) destacam que essa aproximação não é meramente estratégica. Ambos os campos compartilham uma origem comum: o enfrentamento da exclusão social e econômica que marca consideravelmente a realidade daqueles considerados loucos e pobres. Essa exclusão, perpetuada por uma lógica social que naturaliza a desigualdade, é o alvo das práticas de reabilitação psicossocial, reconhecidas como parte integrante da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Conforme previsto na política pública brasileira, a reabilitação psicossocial inclui iniciativas de geração de trabalho e renda, empreendimentos solidários e cooperativas sociais, que buscam articular as redes de saúde e de economia solidária aos recursos disponíveis no território, com objetivo de fortalecer a autonomia, a contratualidade e a inclusão social dos usuários e das respectivas famílias (Brasil, 2011).

Nesse sentido, Carrasco (2023) destaca que a economia solidária pode contribuir significativamente para reabilitação psicossocial, oferecendo espaços de participação ativa e construção coletiva. Corroborando com essa perspectiva, Mazaro, Matsukura e Lussi (2020) afirmam que a economia solidária se apresenta como estratégia de inclusão social pelo trabalho para pessoas com sofrimento psíquico, estando no topo dos empreendimentos artesãos e agricultores familiares. É interessante pensar que essa predominância de empreendimentos no artesanato e agricultura sugere aproximação com formas de trabalho que favorecem a expressão subjetiva, o contato sensível com a matéria e os ciclos da natureza. Essas experiências, ao se distanciarem das lógicas produtivistas e fragmentadas do trabalho alienado, criam espaços nos quais o sujeito pode se reconhecer e se implicar naquilo que faz. Ao mesmo tempo, não extingue a relação do trabalho com o capital, pois a renda é importante, mas favorece a reabilitação psicossocial pela identificação com a atividade e o vínculo social.

Assim, as práticas de economia solidária, no campo da saúde mental, podem ser compreendidas como "microfraturas" no sistema capitalista, representando pequenas, porém importantes rupturas que desafiam a lógica dominante de produção e consumo. Como exemplo, Iwai (2024) apresenta, em dissertação, a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de

Curitiba e Região Metropolitana (LIBERSOL). Criada em 2017, a LIBERSOL é um espaço de articulação que congrega instituições e pessoas interessadas em fortalecer os princípios da reforma psiquiátrica e da economia solidária. Esta rede apoia empreendimentos econômicos solidários que incluem pessoas em situação de vulnerabilidade social, promovendo a geração de trabalho e renda de forma coletiva e autônoma.

Nessa rede, o empreendimento Cozinha Maluco Beleza é um projeto que envolve usuários dos serviços de saúde mental, profissionais da área, universidades e associações comunitárias na criação de um espaço de trabalho autogestionado. Esse empreendimento econômico solidário surgiu a partir de oficinas culinárias realizadas no CAPS, evoluindo para um espaço de trabalho que promove a inclusão social e a geração de renda para pessoas em sofrimento psíquico. As atividades são desenvolvidas de forma colaborativa, com os participantes envolvidos em todas as etapas do processo, desde o planejamento e preparo dos alimentos até a comercialização em feiras e eventos promovidos pela LIBERSOL (Iwai, 2024).

Outra iniciativa de articulação entre saúde mental e economia solidária é PIRASSIS, que se trata de uma Associação dos Usuários, Familiares e Amigos da Saúde Mental, em Assis-SP. A PIRASSIS foi constituída em 2002, por iniciativa de trabalhadores e usuários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II) que, ao realizarem a produção de artefatos em oficinas do serviço de saúde, visualizaram uma possibilidade para produção de geração de renda e autonomia (Fabretti; Silva; Carvalho, 2021). Essas experiências demonstram que a participação em empreendimentos solidários permite aos indivíduos em sofrimento psíquico fortalecerem vínculos sociais e desenvolverem habilidades que contribuem para autonomia e cidadania deles.

Contudo, é válido ressaltar que a implementação de empreendimentos de economia solidária no campo da saúde mental é um desafio. A falta de respaldo jurídico, a escassez de políticas públicas específicas e a ausência de espaços adequados para comercialização dos produtos são obstáculos recorrentes. Franzoloso e Ferro (2021) destacam que, apesar das potencialidades dessas iniciativas, é fundamental compromisso institucional na garantia do direito ao trabalho para pessoas em sofrimento psíquico, além de estratégias de formação e capacitação contínuas para os envolvidos por iniciativas de políticas públicas.

Portanto, pode-se notar que, se por um lado as iniciativas de economia solidária articuladas à saúde mental oferecem caminhos potentes para inclusão social, geração de renda e reabilitação psicossocial, por outro, muitas dessas iniciativas operam em condições precárias, enfrentando dificuldades de financiamento, apoio institucional e reconhecimento público. Parte desses entraves se deve ao fato de que tais empreendimentos não seguem a lógica do capitalismo radical contemporâneo, centrado na competição, no lucro e na produtividade

individual. A proposta de trabalho cooperativo, autogestionado e voltado ao bem comum desafia diretamente essa racionalidade dominante, o que pode gerar resistências e dificultar o enraizamento. Ainda assim, ao abrirem espaços de experimentação e de ruptura com modelos excludentes, essas experiências se firmam como microfraturas no sistema, indicando que outras formas de produzir, viver e cuidar são possíveis.

3. OBJETIVOS

3.1 Geral

Compreender o processo de busca da reabilitação psicossocial dos usuários de saúde mental, mediante a reinserção no mercado de trabalho, pelo Programa Mais Emprego, Mais Sobral.

3.2 Específicos

- Mapear as principais dificuldades que estão sendo vivenciadas nos serviços de atuação profissional que estão inseridos;
- Identificar as necessidades de aprimoramento técnico profissional;
- Discutir a interface entre o consumo de álcool e outras drogas dos usuários da RAPS com o trabalho;
- Construir um curso de aprimoramento profissional que atenda às necessidades identificadas e forneça estratégia de cuidado para manutenção da saúde psíquica.

4. METODOLOGIA

4.1 Estratégia de pesquisa

Foi realizada pesquisa qualitativa de natureza exploratória e descritiva, que buscou compreender o processo de busca da reabilitação psicossocial dos usuários de saúde mental, mediante a reinserção no mercado de trabalho, pelo Programa Mais Emprego, Mais Sobral.

A pesquisa qualitativa é caracterizada por estudo subjetivo que reúne um conjunto de técnicas interpretativas para, posteriormente, descrever a complexidade do comportamento humano ou os componentes de um dado fenômeno. Preocupa-se com o significado dos fenômenos e processos sociais, considerando contexto, representações históricas, econômicas, sociais e políticas que circundam a rede de relações investigadas (Oliveira; Strassburg; Piffer, 2017).

O caráter exploratório tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar ideias e conceitos estabelecidos, visando formulações de problemas mais precisos e hipóteses para o desenvolvimento de pesquisas posteriores. Portanto, ela constitui a primeira etapa de um processo mais amplo, na qual aponta esclarecimentos do problema de pesquisa e oferece subsídios para elaboração posterior de procedimentos mais sistematizados para investigação. O caráter descritivo das pesquisas qualitativas tem por objetivo primordial descrever as características de determinada população, fenômeno ou realizar o estabelecimento de relações entre determinadas variáveis (Gil, 2011).

Assim, a abordagem exploratória justifica-se pelo caráter recente do Programa Mais Emprego, Mais Sobral, que se configura como uma proposta inovadora no âmbito da RAPS do município. Por tratar-se de uma experiência ainda em consolidação, há a necessidade de explorar seus contornos, identificar suas potencialidades e limites, bem como compreender de que modo tem contribuído para a reabilitação psicossocial de seus usuários. A natureza exploratória permite um primeiro olhar investigativo sobre um campo ainda pouco estudado, favorecendo a formulação de novas questões e hipóteses que poderão subsidiar pesquisas futuras e aprimoramentos na execução do programa.

De forma complementar, o caráter descritivo se mostra pertinente por possibilitar o registro e a análise detalhada das características do Programa e das experiências vividas pelos participantes. Essa descrição permite captar elementos que evidenciam tanto os avanços quanto os aspectos passíveis de aprimoramento na política local de inclusão laboral de pessoas em

sofrimento psíquico. Ao descrever o funcionamento e os efeitos percebidos dessa iniciativa, a pesquisa contribui para o fortalecimento de estratégias da RAPS voltadas à ampliação das oportunidades de trabalho como parte integrante do processo de reabilitação psicossocial.

4.2 Participantes

Para este estudo, selecionaram-se dois grupos de participantes. No grupo 01, os atores sociais participantes foram pessoas usuárias da RAPS de Sobral que estavam contratadas pelo Programa Mais Emprego, Mais Sobral, atuando nos dispositivos do município. Introduziram-se como critérios de inclusão do estudo: adultos com idade entre 18 e 60 anos, que estavam regularmente acompanhados nos dispositivos da RAPS, trabalhando pelo Programa Mais Emprego, Mais Sobral e aceitaram participar voluntariamente da pesquisa, após a explicação de objetivos e metodologia. Referente aos critérios de exclusão, não foram contempladas pessoas com graves dificuldades de comunicação; pessoas que apresentassem recomendação médica ou de outro profissional a não participar; assim como aqueles que por algum motivo cancelaram o consentimento no momento do processo.

No Quadro 1, pode-se observar o perfil dos participantes do primeiro grupo.

Quadro 1 - Caracterização dos informantes-chave. Sobral-CE, 2025.

Participantes	Idade	Gênero	Escolaridade	Serviço acompanhado	Local de trabalho	Trabalho formal antes do Projeto	Outra atividade remunerada	Renda familiar	Substâncias que faz consumo e frequência
A	36	M	Ensino superior comp.	CAPS AD	STDE	Sim	Sim	Entre 1 e 2 salários	Alcool, maconha, crack (2 a 4 x por semana).
B	34	M	Ensino superior incl.	CAPS GERL	CAPS AD	Sim	Sim	Mais de 2 salários	Psicotrópicos de tratamento de SM
C	30	F	Ensino médio incl.	CAPS AD	STDE	Não	Sim	Entre 1 e 2 salários	Maconha, cigarro (1 x por semana).
D	45	M	Ensino fundam Incpl.	CAPS AD	Centro de convenções	Sim	Sim	Entre 1 e 2 salários	Alcool, cigarro, psicotrópicos (todos os dias).

E	45	F	Ensino fundam Inepl.	CAPS AD	Centro de convenções	Sim	Não	Entre 1 e 2 salários	Maconha (parou o uso há 2 anos) psicotrópicos (todos os dias)
F	48	M	Ensino médio comp.	CAPS AD	Centro de convenções	Sim	Não	Entre 1 e 2 salários	Alcool e cigarro (finais de semana).

Fonte: própria autora.

O grupo de usuários entrevistados foi composto por seis participantes, com idades entre 30 e 48 anos. A maioria era do gênero masculino (4 participantes), sendo duas mulheres entre os respondentes. Quanto à escolaridade, observou-se diversidade nos níveis de ensino: dois participantes possuíam ensino superior (um completo e um incompleto), dois ensino médio (um completo e um incompleto), e dois não haviam concluído o ensino fundamental. Esse dado indica heterogeneidade importante nos percursos formativos desses sujeitos, o que pode refletir, também, nas experiências com o trabalho e nas necessidades de aprimoramento profissional.

Todos os usuários estavam vinculados a serviços da RAPS no município de Sobral, sendo que cinco deles estavam sendo acompanhados pelo CAPS AD e apenas um atendido no CAPS geral. Já o local de inserção laboral variava entre três instituições: a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico (STDE), o CAPS AD e o Centro de Convenções, um dos serviços administrados pela STDE, com predominância para este último.

Em relação à trajetória de trabalho, notou-se que cinco dos seis participantes tiveram experiências com trabalho formal antes do ingresso no projeto. Além disso, quatro deles continuavam executando outra atividade remunerada, paralela ao trabalho desenvolvido no Mais Emprego. Assim, estratégias para complementar a renda e manutenção de vínculos sociais através do trabalho.

Quanto à renda familiar, todos os participantes informaram receber entre um e dois salários mínimos, na qual a renda do trabalho formal pelo Mais Emprego se configurava como a principal fonte de renda de todos os participantes. No caso do respondente com renda superior a dois salários, o mesmo informou devido residir com os pais e que estes também trabalhavam formalmente. Deste modo, o dado reforça o quadro de vulnerabilidade econômica predominante entre os sujeitos, condição que associada ao sofrimento psíquico, pode intensificar processos de exclusão social.

A questão do consumo de substâncias psicoativas também estava presente no perfil dos usuários, com variações quanto ao tipo e à frequência. Álcool, maconha, cigarro e psicotrópicos

de uso contínuo foram os mais mencionados. Três participantes relataram consumo frequente (de duas a quatro vezes por semana ou diariamente), enquanto um declarou ter cessado o uso de maconha há dois anos, mantendo apenas o uso medicamentoso de psicotrópico para tratamento de ansiedade. Dois usuários relataram consumo apenas nos finais de semana. Portanto, essa diversidade nas práticas de consumo reforça a importância de abordagem não moralizante, mas sim integral, no cuidado psicossocial, reconhecendo os diferentes modos de relação com a substância.

No grupo 2, incluíram-se os tutores institucionais, pessoas que ficam responsáveis em acolher, orientar e oferecer suporte aos usuários no local de trabalho que estão inseridos. Entender pela visão desses tutores as necessidades de aprimoramento profissional para os usuários no ambiente de trabalho, possibilitou realizar a triangulação de informações e ter visão ampliada dessa experiência, compreendendo os limites e as possibilidades dentro do projeto. Como critérios de inclusão, inseriram-se o interesse em participar da pesquisa e a disponibilidade em responder às perguntas da entrevista. Não foram contemplados no estudo participantes que tinham interesse pela temática, mas tiveram impedimento da instituição em que prestam serviço para responder aos questionamentos do estudo.

No Quadro 2, observa-se o perfil geral do grupo 2, os tutores participantes.

Quadro 2: Perfil dos profissionais/tutores. Sobral-CE, 2025.

Participantes	Escolaridade	Local de trabalho	Função
1	Ensino superior completo	STDE	Coordenador
2	Ensino superior completo	STDE	Coordenador
3	Ensino superior completo	CAPS AD	Gerente

Fonte: própria autora.

Participaram da pesquisa três tutores institucionais que supervisionavam diretamente a atuação dos usuários da RAPS inseridos no projeto Mais Emprego, Mais Sobral. Todos os participantes concluíram o ensino superior, o que indicou nível elevado de escolarização e, possivelmente, familiaridade com a dinâmica institucional e os processos de gestão do trabalho no setor público.

Dois dos tutores atuavam na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico (STDE) e ocupavam cargos de coordenação. O terceiro participante era gerente de unidade no CAPS AD, serviço diretamente vinculado ao cuidado de pessoas com sofrimento e/ou transtornos relacionados ao uso de substâncias. A presença de um profissional da saúde mental entre os tutores é relevante, uma vez que permite análise mais próxima da articulação entre o campo da saúde e o da empregabilidade dentro do projeto.

4.3 Instrumentos de levantamento das informações

Para o levantamento das informações, a princípio, foi idealizada a aplicação de um questionário sociodemográfico (Apêndice 1) e a realização de um grupo focal com os participantes do grupo 1. Contudo, diante de dificuldades de acesso a esses participantes de forma coletiva, foi necessário reestruturar os métodos de levantamento de informações. Essa reestruturação ocorreu, sobretudo, pelas limitações no diálogo com a gestão do projeto, que, apesar de inúmeras tentativas de contato por parte da pesquisadora, apresentou incompatibilidade de horários e superlotação de agenda. Isso inviabilizou o agendamento de um momento coletivo com os trabalhadores, uma vez que, por estarem inseridos em jornadas de trabalho integrais, seria necessária a articulação prévia para liberação parcial do expediente, o que depende diretamente do consentimento e apoio da gestão. Diante disso, optou-se pela permanência do questionário sociodemográfico e modificação do grupo focal para realização de entrevistas semiestruturadas individuais (Apêndice 2), que se mostraram mais viáveis frente às condições encontradas no campo.

Tanto no questionário sociodemográfico como no roteiro de entrevista semiestruturada aplicados no grupo 1, contaram com questões que discutiam a interface do trabalho com o consumo de substâncias (álcool e drogas). Pois, além da especificidade de acompanhamento em um dispositivo de saúde mental para o cuidado de questões psicológicas como um todo, e a relação com o trabalho, também se discutiu a especificidade do consumo de substâncias em interface ao trabalho.

Na coleta das informações com os tutores, foi utilizada a conversa individual, mediante o roteiro de entrevista semiestruturada, que possibilitou compreensão ampliada da experiência desses profissionais em contato com o projeto do Mais Emprego, Mais Sobral, em edital específico para usuários da RAPS, indicando potencialidades e desafios vivenciados ao longo dos meses de execução das atividades.

Em ambos os grupos, a técnica de roteiro de entrevista semiestruturada é um instrumento que se configura pela possibilidade de combinação de perguntas abertas e fechadas, na qual o entrevistador tem a liberdade de adicionar novas perguntas que não estejam previamente elaboradas, objetivando elucidar informações que sejam pertinentes à pesquisa (Boni; Quaresma, 2005; Corrêa; Oliveira; Oliveira, 2021).

Como recurso, foi autorizado pelos participantes, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -TCLE (Apêndices 4 e 5), a gravação dos áudios no momento das entrevistas, exceto um participante que aceitou participar da pesquisa, mas não autorizou ser gravado o áudio. Este recurso foi importante, por possibilitar a transcrição fidedigna das informações coletadas.

4.4 Procedimento de análise de dados

Os dados foram analisados pelo método da Análise do Discurso Dialógico (ADD). Este método propõe a compreensão de um plano discursivo que conecta linguagem e sociedade, permeado pelo contexto ideológico. O objetivo não é criar uma nova linguística, mas oferecer uma alternativa de análise, ainda que periférica à visão tradicional. Trata-se de uma expansão teórica, uma nova possibilidade, nascida de um olhar distinto sobre as práticas de linguagem (Rocha; Deusdará, 2005). Macedo *et al.* (2008) reiteram pelas palavras de Bahktin (1979) que é no terreno da linguagem que se explica a determinação de vários fenômenos e conceitos, sendo a palavra uma espécie de ponte lançada entre um ou mais locutores e um ou mais interlocutores. Portanto, a palavra é o modo mais puro e sensível de relação social, configurando-se como fenômeno ideológico por excelência, que possibilita definirmo-nos em relação ao outro ou em relação à coletividade.

Logo, as análises foram desenvolvidas a partir do material obtido, mediante a aplicação de questionário sociodemográfico (somente no grupo 1 de participantes) e entrevistas semiestruturadas realizadas em campo (nos dois grupos de participantes). As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas, possibilitando a transformação dos relatos orais em textos que serviram de base para as análises.

Na etapa seguinte, o conteúdo foi organizado em blocos temáticos, conforme os objetivos específicos da pesquisa. Os recortes de fala foram reunidos em textos únicos dentro de cada bloco organizado, conforme os objetivos, o qual foi interpretado em articulação com os referenciais teóricos previamente discutidos.

Por fim, foi realizada as análises pela abordagem hermenêutica-dialética, mediante uma postura compreensiva diante de uma realidade que é dialética, considerando os sentidos emergentes dos discursos e a relação com os objetivos centrais do estudo. Segundo Minayo (2004) a abordagem hermenêutica-dialética é adequada nesses tipos de estudo por ser capaz de oferecer interpretação aproximada da realidade. Ele insere a fala em contexto, buscando compreendê-la em essência e no âmbito da especificidade histórica e totalizante que a produz. Deste modo, elencaram-se seguintes categorias analíticas: Reabilitação psicossocial e o paradoxo do trabalho: tensões e possibilidades na reinserção laboral; Interface do consumo de substâncias com o trabalho: entre o alívio e a exigência; Aprimoramento profissional articulado com a reabilitação psicossocial.

Na primeira categoria, discutiram-se as ambiguidades que atravessam o processo de reinserção laboral, na qual o trabalho pode ser tanto espaço de pertencimento, dignidade e reconstrução de trajetórias, quanto fonte de sofrimento, cobrança e risco de exclusão. Essa dialética evidencia o caráter ambivalente do trabalho, ora funcionando como dispositivo reabilitador, ora como reproduzidor de estigmas e vulnerabilidades.

Na segunda categoria, os resultados revelaram o modo como o uso de drogas se entrelaça à experiência laboral, aparecendo simultaneamente como estratégia de regulação emocional diante das exigências do trabalho e como elemento de conflito, marcado por culpa e estigma. Trata-se de uma categoria que desvela os paradoxos entre alívio e exigência, mostrando que a relação com as substâncias não pode ser compreendida de forma simplista ou moralizante, mas como expressão de um sofrimento social e subjetivo que atravessa o cotidiano desses trabalhadores.

Por fim, a terceira categoria evidencia as demandas por formações técnicas e comportamentais que não se restrinjam a treinamentos pontuais, mas que reconheçam a complexidade subjetiva e social dos usuários. Ressalta-se a importância de estratégias educativas que promovam tanto a aquisição de habilidades profissionais quanto o fortalecimento das competências relacionais, compondo uma proposta formativa integral, em diálogo com os princípios da reabilitação psicossocial.

4.5 Aspectos éticos

Por se tratar de estudo que envolve seres humanos, esta pesquisa foi executada em concordâncias com os padrões éticos provenientes das Resoluções nº 446/11, 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde que normatiza e delinea as Diretrizes e Normas

Regulamentadoras das pesquisas com seres humanos, utilizando-se, também, do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com os participantes.

A pesquisa foi aprovada pela comissão científica da Secretaria de Saúde de Sobral, com número de parecer 0300/2024 (Anexo 1) e pelo comitê de ética da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA/CE), com o número do parecer 7.470.282 (Anexo 2). Ressalta-se que o título registrado nos formulários de entrevista, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e parecer do comitê de ética foi “qualificação profissional de usuários da rede de saúde mental trabalhadores do programa mais emprego do município de sobral”, por ter sido, naquele momento, o mais condizente com o projeto apresentado. Entretanto, com o amadurecimento da análise e as contribuições recebidas da banca, verificou-se a necessidade de alteração do título, a fim de refletir de forma mais precisa a complexidade dos achados e a perspectiva construída ao longo da pesquisa.

O estudo ofereceu riscos mínimos aos participantes, sendo enfatizado que se as perguntas tocassem em pontos que gerassem desconforto, qualquer participante poderia interromper as discussões no ato da entrevista e ser escutado acerca das questões que se apresentassem como incômodo no momento, antes de dar prosseguimento ao estudo (caso ainda apresentassem condições e desejo de continuar). Enfatiza-se que essas situações de interrupções não chegaram a ocorrer no ato do estudo, e que todas as identidades foram preservadas por letras do alfabeto, sem relação com os nomes próprios, e números aleatórios para evitar qualquer tipo de identificação ou constrangimento.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As discussões neste estudo apresentaram um campo dialético, atravessado por contradições e tensionamentos que não se desdobraram em sínteses prontas. Pelo contrário, refletem a complexidade da reabilitação psicossocial e as exigências do mundo do trabalho na contemporaneidade. Assim, mais do que respostas fechadas, apontam-se limites e possibilidades da reabilitação, do cuidado, da interface com o consumo de drogas e da inclusão pelo trabalho.

5.1 Reabilitação psicossocial e o paradoxo do trabalho: tensões e possibilidades na reinserção laboral

Os resultados apontaram que os participantes do programa apresentaram trajetórias marcadas pelo peso de uma dupla vulnerabilidade: por um lado, o adoecimento psíquico e a necessidade de acompanhamento contínuo em saúde mental; por outro, a fragilidade socioeconômica e a ruptura com experiências de trabalho anteriores. Neste sentido, a inserção proporcionada pelo programa se configura como nova chance, oferecendo possibilidade de reconstrução de trajetórias que foram, em maior ou menor grau, deslegitimadas pela incapacidade de atender às exigências normativas de desempenho e estabilidade esperadas pelo mercado de trabalho formal.

Contudo, pensar a reabilitação psicossocial pelo trabalho implica reconhecer a complexidade do campo em que ela se insere, pois o mundo do trabalho é marcado por exigências de regularidade, disciplina e constância, que impõe comportamentos a serem seguidos que nem sempre são compatíveis com as necessidades desses sujeitos, pois, em determinados momentos, demandam ausências, cuidados específicos ou maior flexibilidade. Isso provoca pensar também na importância da conscientização e preparação das instituições, para que possam compreender tais especificidades sem reduzi-los a falhas individuais. Assim, não basta apenas reinserir esse sujeito ao mercado de trabalho vinculando-o a um dispositivo da prefeitura, pois as reais condições exige acompanhamento que sustente essa inclusão, contemplando a manutenção do cuidado em saúde mental e o acompanhamento processual durante a jornada de trabalho.

Nesse sentido, os resultados evidenciaram tanto as potencialidades quanto os desafios de um processo de reabilitação psicossocial ancorado no trabalho. Há um consenso de que o programa Mais Emprego representa oportunidade singular de resgate da dignidade, na medida em que possibilita que sujeitos antes marginalizados pela condição psíquica passem a ocupar novamente espaço de reconhecimento social. A entrada em uma rotina de trabalho contribui para organizar o tempo, ampliar vínculos e oferecer fonte de renda que impacta diretamente na qualidade de vida. Para muitos, esse movimento se configura como ruptura com o lugar da exclusão, mostrando que é possível recompor trajetórias antes marcadas pela descontinuidade e pelo estigma.

Observam-se nos discursos:

Depois que eu comecei aqui, já mudei bastante coisa... já tenho hora de acordar, de vir, de fazer as coisas” (Participante do grupo 1 – usuário/trabalhador).

O programa é uma experiência nova (...) houve uma mudança na autoestima (Participante do grupo 1 – usuário/trabalhador).

Ah, o programa do Mais Emprego para mim, veio no momento eu estava precisando (...) foi o período em que eu passei 9 meses do falecimento da minha mãe, e eu fui alugar a casa só com a bolsa família. Aí, o mais emprego chegou na hora certa (Participante do grupo 1 – usuário/trabalhador).

Eles se sentem valorizados, se sentem incluídos... porque o trabalho dá isso. Uma identidade, um pertencimento (Participante do grupo 2 – tutor).

Por outro lado, os achados também revelaram as tensões e contradições que atravessam essa experiência. O mundo do trabalho contemporâneo continua a operar sob lógicas de desempenho, regularidade e sobriedade, que dificilmente se alinham de forma linear às realidades de sujeitos em acompanhamento de saúde mental. Nesse ponto, emergiram dúvidas e inquietações: estariam os tutores preparados para lidar com as especificidades desse público? Conseguiriam diferenciar aquilo que decorre da condição psíquica daquilo que seria uma “falha” do trabalhador?

Esse cenário evidencia paradoxo importante, pois, se por um lado, o trabalho é estruturante, funcionando como dispositivo regulador da vida cotidiana e elemento fundamental da reabilitação, por outro, a face normativa pode reforçar exclusões, ao exigir padrões de comportamento, muitas vezes, incompatíveis com os ritmos, necessidades e limites desses trabalhadores, ocasionando em remissão do tratamento e agravamento dos quadros de saúde mental. Portanto, a reabilitação psicossocial, quando pensada a partir dessa tensão, não pode se restringir à inclusão formal em um posto de trabalho, mas deve-se apoiar em uma rede de acompanhamento que assegure condições de permanência, acolhimento das singularidades e dos espaços de diálogo entre usuários e tutores.

Desse modo, ao mesmo tempo em que o Programa Mais Emprego possibilita que sujeitos historicamente marginalizados se reinsiram no mundo do trabalho, ele também expõe os limites e as fragilidades de um modelo que ainda opera sob a lógica da normatividade e da produtividade. Os relatos abaixo ilustram essa discussão:

Eu quero muito trabalhar, mas, às vezes preciso, faltar, porque tem dia que não dou conta, e eu não quero que pensem que é preguiça (participante do grupo 1 – usuário/trabalhador).

(...) eles precisam de uma nova oportunidade, mas a gente sabe que têm dias que não estão bem, que não conseguem render da mesma forma, e o trabalho não espera, o trabalho exige (participante do grupo 2 – tutor).

Esses discursos evidenciam a vulnerabilidade que esses sujeitos estão expostos. A ausência para contemplar uma necessidade legítima de cuidado se apresenta com insegurança, podendo ser interpretada como falha moral ou incapacidade laboral. Assim como o reforço do modelo produtivo capitalista que cobra regularidade e constância como garantia de permanência.

Diante desse cenário, retoma-se à discussão de dualidade operante no mundo do trabalho. Dejours (2005) aponta o trabalho como território ambivalente, em que coexistem a possibilidade de realização pessoal e emancipação, assim como o risco de adoecimento e alienação, discussões também fundamentadas por Marx anteriormente. O autor reforça que essa ambivalência transforma a atividade produtiva em campo cujo sujeito negocia entre sofrimento, prazer e significação (Zambroni-de-Souza; Moraes, 2018).

Portanto, se por um lado, o trabalho pode configurar-se como espaço de emancipação, por outro, ele nunca se apresenta neutro em relação à saúde mental, pois a atividade laboral envolve sempre uma dimensão da subjetividade, em que trabalhar não é apenas executar uma tarefa produtiva, mas também construir-se a si mesmo, transformando a experiência em parte constitutiva da identidade (Dejours, 2005). É nesse sentido que a psicodinâmica do trabalho introduz a noção de reconhecimento, compreendendo que o sujeito encontra no olhar do outro a confirmação de sua contribuição e da própria existência social. A ausência desse reconhecimento fragiliza o sentido da atividade e pode converter o sofrimento em adoecimento (Areosa, 2019).

Nesse horizonte, a noção de mobilização subjetiva, elaborado por Dejours (2005), remete ao modo como os trabalhadores desenvolvem a inteligência prática, os recursos singulares e os coletivos de trabalho para enfrentar e transformar as condições adversas da organização laboral. Esse processo não apenas reduz os impactos nocivos da atividade, como também pode ajudar a ressignificar situações de desafios e sofrimento. No entanto, quando a organização do trabalho bloqueia a possibilidade dessa mobilização subjetiva, ao impor, por exemplo, regras rígidas, metas inatingíveis ou vigilância constante, abre-se o terreno para destabilização psíquica e o esvaziamento do sentido do trabalho (Areosa, 2019).

Portanto, compreender essa ambivalência no cenário atual provoca-nos a avançar para análise das transformações do capitalismo contemporâneo. A lógica do capitalismo flexível tem corroído os alicerces que sustentavam identidades profissionais, substituindo a estabilidade e os vínculos duradouros por exigências de adaptação permanente e de flexibilidade infinita. Essa corrosão não se restringe ao campo econômico, ela repercute no caráter, fragmentando trajetórias e fragilizando vínculos de solidariedade, pelo ideal da identidade e meritocracia. Além do mais, fortalece os efeitos das políticas neoliberais, que reforçam a intensificação da precariedade, no desemprego estrutural e na ampliação das desigualdades sociais (Areosa, 2019).

Nesse contexto, o trabalho, que poderia ser campo de inclusão e de saúde, passa a ser atravessado por uma racionalidade produtivista que tende a produzir exclusões e aprofundar

vulnerabilidades. As exigências de competitividade exacerbada e de disponibilidade integral confrontam-se com os limites reais dos sujeitos, tornando frequente a experiência de inadequação, fracasso e exaustão. Desta forma, é comum que muitos trabalhadores se encontrem em risco de descompensação psíquica diante de um cenário em que o sofrimento deixa de ser mediado por coletivos de apoio e passa a ser internalizado como falha individual.

Assim, a dialética do trabalho se torna ainda mais intensa no capitalismo neoliberal, pois, ao mesmo tempo em que é espaço de reconhecimento e possibilidade de reconstrução subjetiva, também se converte em precarização, vigilância e autoexploração. Para sujeitos em reabilitação psicossocial, como os participantes deste estudo, essa contradição ganha contornos ainda mais desafiadores, pois os convoca a se reinsierem em um mundo laboral que, embora capaz de oferecer pertencimento, também carrega dispositivos que podem reforçar estigmas, fragilizar vínculos e intensificar o sofrimento psíquico.

Outro aspecto tão importante quanto a essa dialética do trabalho no processo de reabilitação psicossocial é a dimensão do que seria o cuidado nas estratégias de reabilitação, assim como quem pode atuar na mediação desse cuidado, pois, nos resultados, também se evidenciou a noção de cuidado em saúde mental restrito ao saber especializado e técnico. Portanto, observa-se a percepção de que o acompanhamento de pessoas usuárias da RAPS demandam a presença de um profissional do campo psicológico, revelando não apenas lacuna institucional no acolhimento desses sujeitos no ambiente de trabalho, como também ausência de preparo para eventual suporte e desresponsabilização no cuidado coletivo.

Além dessa compreensão restrita do cuidado como responsabilidade exclusiva dos profissionais da saúde mental, observa-se, também, nas práticas institucionais, delimitação sobre o que pode ser reconhecido como atividade legítima de cuidado. Nesse contexto, formas de cuidado expressivas ou relacionais, como oficinas, grupos de convivência e atividades artísticas, tendem a ser desqualificadas, quando comparadas às modalidades tradicionais, como consultas médicas ou atendimentos psicológicos. Observam-se nos relatos:

Nessas reuniões, eu percebi que eles têm muito conflito, entre eles mesmo. Alguns deles (...) disseram que estavam dispostos a mudar, e a gente estava com interesse neles, só que a minha especialidade não é voltada para acompanhamento do pessoal do CAPS. Precisaria de alguém com conhecimento na área da psicologia. Conhecimento mais voltado para eles (participante do grupo 2 – tutor).

Eu fico meio que desconfortável de pedir para sair (..) no dia do negócio que teve lá no Luciano Feijão que a gente foi, né. Eu faltei a parte da tarde aqui e eu não sabia que minha colega tinha se machucado. Aí, no outro dia, o meu chefe não gostou nadinha (participante do grupo 1 – usuário/trabalhador).

(...) acontece de não entenderem os grupos como atividade de cuidado. Se é atendimento médico ou com a psicóloga, pode ir, mas para um grupo de música não. Então, compreendendo que o CAPS vai ser um serviço de convivência, pensando no

cuidado enquanto arte também (...) porque que só identificam como cuidado quando o usuário apresenta uma declaração de um atestado médico e não uma declaração de comparecimento, por exemplo, numa atividade do grupo de música (participante do grupo 2 – tutor).

Esse entendimento simplório revela o quanto a lógica biomédica ainda é operante nos contextos organizacionais e de trabalho, na qual práticas terapêuticas alternativas ficam subestimadas. Ao conduzir os processos nessa lógica, o espaço de trabalho não apenas invisibiliza a potência dessas práticas no fortalecimento dos vínculos e da subjetividade, como também fragiliza o próprio projeto de reabilitação psicossocial, que é para se sustentar na ampliação de experiências coletivas e valorização da singularidade dos sujeitos em sofrimento.

Esse entendimento reducionista e tecnicista do cuidado em saúde mental não é isolado, ele se insere em um contexto mais amplo de produção de saberes e práticas ainda hegemonicamente orientadas por uma racionalidade biomédica. Como apontam Sousa-Duarte, Mendes e Facas (2020), no Brasil, os estudos sobre a saúde mental relacionada ao trabalho permanecem marcados por abordagem patologizante e fragmentada, centrada em categorias como estresse ocupacional, burnout ou transtornos mentais comuns. Essas classificações, embora úteis para descrever fenômenos, carregam consigo visão medicalizante do sofrimento, afastando-se das dimensões sociais, políticas e subjetivas que o constituem.

Essa lógica de redução do cuidado ao que é legitimado pelo discurso biomédico também se faz presente nas práticas institucionais, como observado nos discursos. Atividades de convivência, grupos artísticos e oficinas são frequentemente desqualificados frente às modalidades tradicionais, como consultas médicas e atendimentos psicológicos. No entanto, autores como Rotelli, Leonardis e Mauri (2001) alertavam que a reabilitação psicossocial somente se sustenta quando desloca o foco do tratamento clínico para a ampliação de espaços coletivos de produção de vida. Da mesma forma, Yasui (2010) argumenta que a atenção psicossocial, ao se articular ao território, deve reconhecer a potência do vínculo, da cultura e da convivência como dimensões constitutivas do cuidado.

Em sintonia com essa perspectiva, Magalhães e Braga (2023) destacam, a partir de experiências de usuários com um grupo de música, que os CAPS representam territórios privilegiados, em que o cuidado se expressa para além do campo técnico-terapêutico, abarcando cultura, arte e trabalho como dispositivos fundamentais de produção de saúde. Logo, ao deslegitimar práticas como grupos de música ou oficinas de convivência, os contextos organizacionais e de trabalho reiteram a hegemonia da racionalidade biomédica, invisibilizando formas criativas de cuidado que, muitas vezes, são mais eficazes na construção de vínculos e no fortalecimento da subjetividade.

Portanto, compreender o cuidado em saúde mental no processo de reabilitação psicossocial exige deslocar o olhar das práticas exclusivamente técnicas para incluir experiências relacionais e coletivas. Como argumenta Amarante (2007), a inclusão pelo trabalho, quando ancorada em uma lógica psicossocial, deve integrar dimensões múltiplas do viver, reconhecendo o sujeito em singularidade e redes de pertencimento. Nesse movimento, torna-se imprescindível não somente reinserir o usuário no mercado de trabalho, mas sustentar essa inclusão, a partir de dispositivos que ampliem o cuidado, assegurem a manutenção dos vínculos e promovam o reconhecimento de formas plurais de produção de saúde.

5.2 Interface do consumo de substâncias com o trabalho: entre o alívio e a exigência

Os resultados desvelam que a experiência do consumo de substâncias psicoativas entre os usuários da RAPS vinculados ao Projeto Mais emprego, Mais Sobral, são atravessadas por múltiplas dimensões. As escolhas, as formas de uso, as pausas, as justificativas e os sentidos atribuídos ao consumo não se restringem aos efeitos físicos das substâncias, mas integram emaranhado de vivências marcadas por sofrimento psíquico, estratégias de regulação emocional, pertencimento social e vínculos frágeis com o mundo do trabalho. Nesse contexto, o consumo de drogas não é um ato isolado, desvinculado do ambiente, mas prática incorporada ao cotidiano, que adquire novos contornos, quando confrontada com a exigência de estabilidade, rendimento e disciplina presentes no espaço laboral.

Nesse sentido, as análises apontaram a permanência do uso de substâncias psicoativas durante o período do trabalho, com maior frequência nos meses iniciais do projeto, certamente, por decorrência da experiência de adaptação a uma nova rotina. Essa permanência não se apresenta de forma linear ou banalizada, mas é permeada por conflitos internos e tentativa de manejo do sofrimento. Assim, a experiência do consumo é marcada por contradições, pois, ao mesmo tempo em que é reconhecida como prejudicial, também é percebida como recurso temporário de alívio frente a sentimentos de angústia ou ansiedade.

Também, foi revelado nos achados que o consumo de drogas extrapola a dimensão de mero hábito cotidiano nas vidas dos usuários, pois a relação com a substâncias constitui forma de lidar com estados emocionais intensos. Assim, estados de tristeza ou de humor deprimido são relatados como reação ao fato de não conseguirem se abster do uso durante o trabalho. O intervalo, que para muitos representa pausa e descanso, para eles se torna momento de vulnerabilidade que pode ser propício ao uso.

Portanto, identifica-se que o consumo de substâncias no contexto de trabalho na vivência desses sujeitos revela luta interna marcada pelo esforço contínuo de resistência e os frequentes episódios de recaída. A tentativa de autocontrole, embora presente, mostra-se, muitas vezes, frágil diante da intensidade do sofrimento psicológico e físico. Desta forma, o consumo surge não como simples ato impulsivo, mas como resposta a um sofrimento que ultrapassa o campo emocional e se manifesta no corpo, demandando saída imediata e acessível.

Além disso, observa-se tensionamento ético diante do trabalho, na qual, mesmo diante da urgência do consumo, sentem vergonha de expor a fragilidade, optando por estratégias de fuga do expediente para preservar a permanência na função. Essa escolha, também, reflete o receio de ser cobrado, punido ou discriminado, já que o uso de drogas ainda é socialmente interpretado como desvio moral, de ilegalidade e incapacidade. O medo de perder o emprego, ser retaliado ou sofrer sanções institucionais compõe o cenário de angústia vivido por esses trabalhadores, que precisam ocultar sofrimentos para manter-se minimamente incluídos e reconhecidos socialmente.

Os discursos que seguem exemplificam essa discussão:

Olha, no começo, eu já cheguei a fazer, muitas vezes, no horário do almoço. Só que parte disso é tristeza e depressão. Aí, como não dá mais tempo de passar todo o efeito na hora só de almoço, eu vinha para cá, aí, tipo assim, estava ficando estranho, ficando feio, incapaz, com medo. E, mesmo assim, não conseguia segurar a onda para não usar (participante do grupo 1 – usuário/trabalhador).

Teve uma vez que eu não segurei a onda. Eu inventei que tinha que sair mais cedo... porque o sofrimento não era só psicológico, era físico (participante do grupo 1 – usuário/trabalhador).

Na perspectiva da saúde mental crítica, Sawaia (2009) propõe reflexão sobre o sofrimento a partir da dimensão ético-política, convocando-nos a escutar as emoções morais que surgem das vivências de exclusão. A autora define o sofrimento ético-político como aquele que se origina em encontros negativos, marcados por relações de servidão, heteronomia e injustiça. Trata-se de sofrimento que não mobiliza a ação, mas cristaliza-se como padecimento, forma de existência marcada pela reatividade diante de condições sociais que persistem e aprisionam. Portanto, é um sofrimento que não se restringe ao campo individual, mas se desenvolve nas relações sociais desiguais, na qual o corpo tem a capacidade de agir comprometida, afetado por experiências de exclusão, sendo levado à passividade e à submissão diante de estruturas que negam autonomia e reconhecimento (Bertini, 2014).

Corroborando a visão da autora, o consumo de substâncias entre usuários da RAPS pode ser compreendido como manifestação de um sofrimento social silenciado, que atravessa histórias marcadas por exclusão, precariedade e invisibilidade institucional. Desta forma, o

consumo de drogas não se apresenta apenas como recaída ou falta de disciplina individual, mas como expressão de vulnerabilidade frente a uma realidade que impõe exigências desproporcionais a sujeitos historicamente fragilizados. Portanto, a dificuldade de "segurar a onda" revela o esforço contínuo e, por vezes, insustentável, de conciliar o corpo que sofre com a demanda de produtividade e estabilidade exigida pelo mundo do trabalho.

Dessa forma, "não conseguia segurar a onda" remete a um oceano turbulento, composto por pressões cotidianas, exigências de desempenho, reorganização da vida e múltiplos papéis sociais que precisam ser sustentados simultaneamente. Trata-se da tensão entre corresponder às expectativas sociais e evitar ser rotulado como transgressor da lei, que comete o delito pelo uso e/ou pelo porte da droga. Por isso, a necessidade de se esconder para fazer o uso e ter que dissimular os efeitos para não ser discriminado.

Assim, embora carregada de ambivalência, o uso da substância surge como estratégia possível para suportar os afetos negativos que emergem da sobrecarga emocional e da tentativa de reorganizar a vida diante de uma rotina nova. Além disso, o sujeito vive o paradoxo de, ao mesmo tempo em que é socialmente criminalizado pelo uso, encontra no trabalho um meio de reconhecimento e acesso a recursos, inclusive à própria substância. Essa dinâmica reforça o lugar ambíguo em que esses indivíduos são colocados, isto é, convocados a exercerem autocontrole enquanto lidam com realidades adversas e marcadas pela exclusão.

Diante dessa complexidade, a proposta de reabilitação psicossocial defendida por Saraceno (2001) mostra-se ainda mais pertinente, pois reabilitar não significa submeter o sujeito a uma reinserção normatizadora nos moldes de uma lógica social que historicamente o excluiu. Pelo contrário, trata-se de criar outras possibilidades de pertencimento e participação social, sustentadas por relações de contratualidade que considerem as dimensões do habitat, do laço social e do trabalho (Gorshinsk *et al.*, 2024). Assim, mais que controlar ou eliminar o uso da substância, o desafio está em constituir contextos nos quais o sujeito possa se reconhecer e ser reconhecido em integralidade, com história, modos de existir e tentativas de construir sentido.

Embora seja observado nos resultados a necessidade do consumo durante o expediente nos meses iniciais de trabalho, também, foi desvelada a mudança gradual de comportamento com o passar do tempo por parte dos participantes, pois, com a passagem do processo de adaptação da rotina, o consumo passa a ser reorganizado, demonstrando a construção de um certo senso de responsabilidade diante das exigências do trabalho. Esse movimento não anula o uso, mas evidencia esforço de autorregulação que se articula à permanência no espaço laboral.

Desse modo, entende-se que há relação menos danosa ao consumo, por assumirem responsabilidade com relação ao trabalho, pois mesmo os que mantêm o uso durante a semana

fazem esforços para limitar a prática ao período pós-expediente. Essa tentativa de regulação do uso se expressa por meio da contenção durante o expediente, ainda que acompanhada, em alguns casos, por posterior intensificação do consumo ao final do dia. Trata-se de uma lógica de compensação, em que o sujeito se esforça para manter-se funcional nas horas de trabalho, mas recorre à substância como forma de liberação da tensão acumulada.

O uso, nesse contexto, apresenta-se não como controlado, mas redistribuído, adiado durante o cumprimento das obrigações e retomado em momentos de suposta liberdade. Isso revela que, embora exista movimento de responsabilização e tentativa de adaptação às normas laborais, a relação com a substância continua atravessada por sofrimento, exigência de autocontrole, com poucas ou mesmo ausência de outras formas manejo emocional.

Esse padrão de contenção no espaço de trabalho, seguido pela intensificação do uso no ambiente doméstico, evidencia ambivalência recorrente nos processos de reorganização do consumo entre os usuários. Ainda que haja movimento ativo de se adequar às exigências institucionais, expressando compromisso com a função laboral e respeito às normas, essa tentativa de adaptação não ocorre sem custo. Portanto, trata-se de equilíbrio instável entre o dever de manter a imagem de sobriedade e o desejo de alívio, evidenciando que a performance laboral exige não apenas presença física e técnica, mas também controle emocional. Essa dinâmica revela o quanto a normatividade do trabalho atravessa o cotidiano desses sujeitos, impondo modelos de comportamento que, embora aparentemente cumpridos, são vividos sob tensão e desgaste.

Esses resultados revelam em entrelinhas a infiltração da noção de performance na sociedade neoliberal, requisito indispensável para ser considerado um trabalhador adequado, produtivo e alinhado às exigências contemporâneas do mundo do trabalho. Para Sousa-Duarte, Mendes e Facas (2020), na era neoliberal, a performance deixa de ser apenas uma questão de competência técnica e passa a abranger o saber-ser e o aparecer, ou seja, a habilidade de se mostrar disponível, emocionalmente regulado, socialmente integrado e permanentemente eficiente (Sousa-Duarte; Mendes; Facas, 2020). Nesse cenário, quem não corresponde a esse ideal, seja por dificuldades subjetivas, emocionais ou sociais, passa a ser considerado como desviante e insuficiente, colocado às margens do sistema produtivo.

Para sustentar essa chamada sociedade da performance, é deslocado o paradigma do controle externo, típico dos modelos tayloristas, que se controla o sujeito em prol da alta produtividade, para uma lógica de autocontrole performático, em que o sujeito passa a ser governado por dentro, por uma moral da eficácia, da superação e do engajamento total (Han, 2015). Agora não basta mais saber fazer, é preciso saber-ser e, sobretudo, aparecer de forma

impecável, transparente, sem falhas e sem afetos. Deste modo, a subjetividade do trabalhador, antes descartada, agora é instrumentalizada pelas organizações como capital emocional a ser otimizado. Nesse modelo, o trabalhador ideal é aquele que se implica por completo na tarefa, que internaliza os valores da empresa e atua como “uma pequena empresa de si mesmo”, na qual o sucesso ou fracasso é responsabilidade do quanto investe no trabalho e supera os próprios limites (Sousa-Duarte; Mendes; Facas, 2020).

Essa forma de organização é o que se há na contemporaneidade, e, talvez, por isso, os usuários expressem esforço visível de aproximação desse ideal performático, mediante as tentativas de reorganização do consumo para o pós-expediente, podendo ser observado nos discursos:

Olha, eu não uso nada aqui. Eu consigo me segurar, às vezes, nem lembro e como não trago, tem nada a se fazer não (participante do grupo 1 – usuário/trabalhador).

Eu passo o dia direto aqui só vou embora a tarde...tarde. Aí, às vezes, quando eu chego em casa que começo, eu fumo um cigarro atrás do outro, porque eu não consigo mesmo controlar (participante do grupo 1 – usuário/trabalhador).

Nunca cheguei, assim, a consumir bebida aqui. Graças a Deus, nunca aconteceu isso... Quando eu quero beber, eu bebo no final de semana, ou até à noite (participante do grupo 1 – usuário/trabalhador).

Portanto, há ambivalência no sentido atribuído aos efeitos da redução do consumo, pois, ao mesmo tempo que se manifeste como reposicionamento subjetivo dos usuários frente ao consumo de substância, a partir do sensação de pertencimento à sociedade que a inserção ao trabalho pode lhes ofertar, também revela a internalização da noção de boa performance que se infiltra no universo do trabalho para moldar, enquadrar e tornar socialmente aceito.

Outro aspecto evidenciado nos resultados, refere-se às limitações no funcionamento institucional que influenciam diretamente a relação dos usuários com o consumo de substâncias. É percebido que, em alguns espaços de trabalho, a ausência de uma rotina estruturada, com escassez de tarefas atribuídas durante o expediente, que gera ociosidade e pode desestabilizar os esforços de reorganização subjetiva e de contenção do consumo pelos usuários que acabam por sair no horário do expediente e voltarem sob o efeito da substância. Nesse aspecto, o uso aparece menos como escolha isolada e mais como reflexo da ausência de estrutura e planejamento no repasse das atividades. A distância entre a promessa de inclusão e a oferta concreta de experiências significativas de trabalho pode não apenas enfraquecer os vínculos com a atividade, mas também favorecer recaídas e intensificar o sofrimento mental.

Essa contradição entre o que se promete como inclusão produtiva e a realidade de uma rotina ociosa e desestruturada nos espaços institucionais pode ser compreendida à luz do

pensamento de Marx (2017), que identifica no trabalho uma dupla dimensão: ao mesmo tempo em que ele pode ser experiência de realização, reconhecimento e sociabilidade, também pode operar como instrumento de dominação e adoecimento. Nesse contexto, a ausência de uma atividade significativa faz com que o trabalho, em vez de funcionar como organizador da vida e espaço de pertencimento, esvazie-se de sentido, reforçando a alienação e o sofrimento. Os discursos seguintes ilustram essa dimensão:

Eu trabalho como controlador de acesso, aí, quando está tendo evento, o pessoal está chegando, então, geralmente, você fica mais na sua função. Agora, os dias que não tem aqui, é que eles chamam e a gente tem que fazer sem dizer um não, se não vai para o relatório deles (participante do grupo 1 – usuário/trabalhador).

(...) hoje, eles são serviços gerais. A atividade que eles exercem lá é muito sob demanda. Uma das coisas que a gente vê bem forte, é perceber que como eles são muito ociosos, normalmente eles saem e já voltam embriagados... a questão do ócio para eles, a gente está ocupando com outras atividades (participante do grupo 2–tutor).

Portanto, é importante considerar que, se os usuários da RAPS são inseridos em um projeto de reabilitação psicossocial pelo trabalho, cujo objetivo é reabilitação, autonomia e valorização, encontrar um cotidiano marcado por tarefas vagas e pouco acompanhamento revela forma perversa de alienação, pois mantém-se a aparência da inclusão, mas não proporciona substância simbólica que a tornaria efetiva.

O retorno ao consumo, nesses contextos, pode ser compreendido como resposta a essa experiência de vazio, tanto literal, por não ter atividade para fazer, como simbólico. Contudo, não se trata de uma taxaço de ineficácia do projeto, pois reconhece-se a potência da iniciativa, mas levanta-se esses tensionamentos para reflexão da importância do preparo tanto dos profissionais/tutores, como das instituições parceiras como um todo, ao receberem esses usuários para exercerem as atividades laborais.

Desse modo, também é relevante destacar que os desafios relacionados ao consumo de substâncias não são exclusivos dos participantes vinculados à RAPS nesta edição do Projeto Mais Emprego. Os tutores relataram que, em edições anteriores do programa, compostas por trabalhadores da população em geral, também foram identificados episódios de uso prejudicial de álcool e outras drogas no trabalho.

O discurso seguinte ilustra:

(...) quando a gente conversa com a Secretaria de Trabalho e Planejamento, isso aconteceu em todas as edições do Mais Emprego. Não foi porque era específico da saúde mental, não... todas as edições, eles tem problemas com pessoas que faltam, que usam substâncias, que acontece isso ou aquilo. Então, não era porque era específico da saúde mental, como algumas pessoas trouxeram no estigma, né (participante do grupo 2–tutor).

Essa observação é fundamental para evitar que recaia sobre os usuários da saúde mental generalização estigmatizante, pois, associar automaticamente a participação da população da RAPS a comportamentos desviantes das normas impostas, contribui para reforçar estereótipos historicamente associados à loucura e ao uso de substâncias, anulando a complexidade social do fenômeno.

5.3 Aprimoramento profissional articulado com a reabilitação psicossocial

Ao viabilizar estratégias de aprimoramento profissional em consonância com os princípios da reabilitação psicossocial, é imprescindível que estas sejam construídas a partir das necessidades reais vivenciadas pelos usuários/trabalhadores e tutores institucionais, uma vez que ambos compartilham, a partir de lugares distintos, a vivência concreta do cotidiano laboral. Essa perspectiva desloca a lógica de formações padronizadas para um processo dialógico, que reconhece a singularidade das experiências e a complexidade das demandas que podem emergir do trabalho. Neste sentido, não se trata de elaborar uma listagem objetiva de carências técnicas, mas de compreender sentidos, lacunas e expectativas que emergem dessa vivência.

Dito isso, os resultados demonstraram diversidade de necessidades formativas, que vão desde aspectos técnicos até questões subjetivas e relacionais, compondo um retrato complexo das dificuldades enfrentadas no processo de reinserção profissional. Na vivência dos usuários, foi revelado que o modo como os conteúdos são tradicionalmente ministrado em cursos é uma barreira no processo de aprendizagem. As falas rápidas e a inexistência de metodologias dinâmicas e inclusivas são consideradas limitações para a assimilação. Essa ausência de uma pedagogia sensível às singularidades cognitivas e emocionais dos usuários/trabalhadores comumente gera desmotivação e desistência.

Dificuldades relacionadas à atenção, concentração e retenção de informações, também, são destacadas, o que reforça a necessidade de metodologias adaptadas, lúdicas e dinâmicas. Em muitos casos, mesmo quando há interesse em aprender, a ausência de suporte pedagógico inviabiliza o processo. Essa preocupação é sintetizada no trecho em que um trabalhador mencionou não conseguir acompanhar aulas disponíveis em plataformas digitais, apesar do desejo de aprender novas habilidades. Portanto, evidencia que a formação para esses trabalhadores precisa ser acessível, e não apenas no conteúdo, mas também na forma e relação estabelecida com o saber. Os relatos a seguir ilustram:

Quando eu perco uma coisinha só, o restante já não dá. Ele fala rápido, todo mundo aprende, aí, eu preciso de uma vez, duas vezes, terceira vez, já desisto (participante do grupo 1 – usuário/trabalhador).

Não existe assim um didático. Mais devagar, então. Eu já tentei, no sentido do YouTube, aprender como é editar vídeo, só que eu notei, qual é o problema? Eu não consigo me concentrar. Você está falando aqui, isso aqui é uma caneta, mas, aqui, o cérebro não consegue focar, não consigo me concentrar. Se eu conseguisse prestar atenção e ver eu aprenderia (participante do grupo 1 – usuário/trabalhador).

Nesse sentido, o aprimoramento profissional voltado para usuários da RAPS não pode se reduzir a protocolos técnicos e educações tradicionais. Assim, a educação popular proposta por Paulo Freire seria uma das vias mais adequadas, pois propõe que os educadores não se ocupem apenas com os conteúdos e a didática, mas incorporem reflexão crítica sobre a realidade dos educandos, como forma de ampliar o sentido político das práticas educacionais (Haddad; Pierro, 2021).

Desse modo, os ganhos de consciência dos setores oprimidos dos usuários não seriam condicionados por uma ação vertical dos mediadores das formações ou cursos, como se fosse possível infiltrar informações e posturas políticas sem uma ação cognoscente autônoma daquela que aprende. Do mesmo modo, o ato de conhecer, como ação humana, se realizaria mediante uma atitude de busca, de curiosidade daquela que aprende, estimulado por quem ensina (Haddad; Pierro, 2021).

Uma das metodologias mais conhecidas para as formações é o círculo de cultura, método compreendido como espaço que rompe com a lógica mecânica da escola tradicional e se propõe a ser um lugar de escuta, acolhimento, construção conjunta e transformação social. Também, favorece a horizontalidade e a corresponsabilidade no processo educativo, permitindo que cada pessoa se reconheça coautora do processo formativo (Figueiredo; Silva, 2021).

Outro aspecto que emerge nos resultados é a necessidade de formações comportamentais e suporte para o desenvolvimento das habilidades relacionais no contexto de trabalho. Sentimentos como medo, vergonha e insegurança surgem em situações de atendimento ao público ou em tarefas que envolvem interação direta com figuras de autoridade. Esses sentimentos carregam marcas da experiência atravessada por estigmas e exclusões, sendo compreendidos como expressão de uma vulnerabilidade subjetiva. Nesse contexto, a demanda por formações que fortaleçam a autoestima e a comunicação não deve ser interpretada como treinamento meramente protocolar, mas como estratégia para romper ciclos de autossabotagem e desenvolver segurança nos espaços de trabalho e convivência social.

Quando é para servir pessoas de patente alta que vem conversar com o secretário, eu fico muito nervosa, com medo de errar, aí desisto (participante do grupo 1 – usuário/trabalhador).

Lá na sala, eu sou muito bem tratado. Eu não sei como reagir a isso, porque eu acho que sou quase selvagem, acostumado a ser maltratado. Então, você recebe um tratamento diferente e eu não sei como reagir (participante do grupo 1 – usuário/trabalhador).

Esses discursos demonstram marcas de vergonha e desaprovação marcadas pelo estigma. O estudo de Alves, Oliveira e Oliveira (2024) considera que pessoas que sofrem de transtornos mentais são comumente atravessadas por essa experiência do estigma interpessoal, que envolve os processos psicológicos individuais de resposta a estereótipos, preconceitos e discriminações, como a autoestima, presente na internalização dos estereótipos, camuflagem, e tentativa de esconder a própria condição de saúde. Esses aspectos emocionais ou cognitivos negativos sobre si mesmo e a condição são produtos de um estigma estrutural, que envolve normas culturais, políticas institucionais e condições sociais que limitam as oportunidades, os recursos e o bem-estar do estigmatizado.

O estigma estrutural é semelhante ao movimento de racismo institucionalizado, na qual pode ocorrer tanto intencionalmente, pela restrição de oportunidades, como sendo consequência irrefletida (Hatzenbuehler, 2016). Agentes externos como a mídia também são responsáveis pela divulgação e manutenção de estereótipos relacionados a pessoas que sofrem de adoecimentos mentais, pois as informações compartilhadas pelas redes sociais têm o poder de influenciar as pessoas para manutenção de práticas exclusivas e discriminatórias que influencia diretamente na autopercepção de quem está sendo posto nessa margem (Alves; Oliveira; Oliveira, 2024). Fernandes *et al.* (2024) reiteram que as pessoas com transtornos mentais podem vivenciar o estigma nos mais diversos lugares sociais, como ambientes familiares, religiosos e profissionais, resultando em desvantagem no âmbito social. Portanto, a discriminação, muitas vezes, resulta em perda de oportunidade de emprego, moradia, relacionamento, vínculos familiares, direitos previdenciários, dentre outros.

Desse modo, o comportamento retraído, de medo e, por vezes, inferiorizado, vivenciado pelos usuários, revela as marcas da construção estigmatizante das vivências, que não se restringe ao plano individual, mas é sustentada por uma rede histórica de exclusões e preconceitos. Esse cenário impacta diretamente a reinserção no mundo do trabalho, pois a interiorização do estigma tende a fragilizar processos de comunicação, tomada de decisão e construção de vínculos nos espaços institucionais.

Além das necessidades comportamentais, emergem demandas técnicas específicas, como o domínio de ferramentas digitais e sistemas básicos, especialmente entre trabalhadores alocados em funções administrativas. Essa carência destaca a importância dessas habilidades para ampliar as possibilidades de inserção profissional em diferentes contextos. Observa-se,

também, a necessidade de orientações práticas sobre uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e normas de segurança, especialmente para aqueles que atuam em serviços gerais ou em ambientes potencialmente insalubres, pois a ausência prévia de formações que orientem o uso adequado de produtos de limpeza, cuidados com objetos perfurocortantes e normas básicas de segurança evidencia lacuna que compromete não apenas a eficácia da função, mas a integridade física e emocional dos envolvidos.

O discurso dos tutores corroborou essa percepção de que faltou preparo prévio para execução das tarefas designadas aos usuários. Situações envolvendo manejo inadequado de produtos de limpeza e uso incorreto de EPI foram mencionadas com frequência, evidenciando a ausência de ações formativas estruturadas antes do início das atividades. Essa escassez de preparo não apenas fragiliza a experiência profissional, como sobrecarrega os tutores que acabam assumindo responsabilidades educativas para as quais nem sempre estão preparados.

Seria bom o curso de computador sabe, internet. Eu não tenho nem básico, eu comecei, mas não conclui. Eu não queria melhorar isso só para mim, mas para todos (participante do grupo 1 – usuário/trabalhador).

Seria muito importante o curso de informática, aqui trabalhamos com planilhas para o controle de inscrições, quando abrimos um curso, e a atividade dele também é ir acompanhando e executar algumas ligações, mas se a gente só instrumentalizar, ele não faz, ele é muito inseguro, então, precisamos ir lá e marcar de um por um a pessoa para quem tem que ligar ou mandar a mensagem e escrever exatamente como tem que mandar (participante do grupo 2– tutor).

Teve gente que ficou na parte de limpeza das ruas. Então, tinha alguns cuidados que tinham que ter, por exemplo, de EPI, que é a perfurocortante que você podia encontrar na rua (participante do grupo 2– tutor).

(...) pediam para lavar o banheiro e só jogavam água. Aí, tinha que ir lá e dizer que tem que utilizar a água sanitária e o sabão... no outro dia, era a mesma coisa (participante do grupo 2– tutor).

A literatura atual confirma essa urgência de integração das pessoas que sofrem de transtornos mentais ao mundo digital. Estudo internacional indicou que mais de 42% das pessoas com transtornos mentais graves não possuem habilidades digitais básicas e quase 23% carecem de competências digitais necessárias para o trabalho profissional (Spanakis *et al.*, 2024). Em outra investigação, Middle e Welch (2022) reiteram que a exclusão digital, muitas vezes, manifesta-se como barreira para o acesso a serviços e empoderamento pessoal, ampliando a experiência estigmatizante. Esses achados reforçam que a ausência de habilidades digitais coloca esses sujeitos em lugar subalterno, capaz de agravar a desigualdade no mercado de trabalho.

Simultaneamente, a transformação digital do ambiente de trabalho demanda o desenvolvimento de um conjunto de novas competências profissionais e psicológicas que transcendem o domínio unicamente técnico das ferramentas digitais. Esta evolução exige reconfiguração fundamental, também, de habilidades cognitivas, emocionais e sociais, sendo estas necessárias para prosperar no contexto laboral contemporâneo. Deste modo, o profissional da era digital precisa desenvolver não apenas proficiência técnica, como também compreensão das dinâmicas psicossociais que emergem em ambientes digitalmente adaptados (Cruz, 2025).

Essas estruturas tecnológicas e comportamentais demandadas no atual contexto do mercado de trabalho colocam em xeque mais uma variável complexa no processo de reabilitação psicossocial pela via da reinserção ao ambiente laboral, na qual a exclusão digital se soma às barreiras históricas do estigma e da vulnerabilidade socioeconômica.

Outro ponto a se considerar se refere à expressão de preocupação com o término do contrato e a incerteza sobre o futuro profissional, demonstrando não apenas a importância do trabalho na organização da vida cotidiana, mas também a fragilidade das políticas de empregabilidade baseadas em vínculos temporários. As narrativas apontaram o trabalho atual como a principal fonte de renda, e destacou-se o desejo de continuar inseridos na função ou realocados em outras possibilidades empregatícias. Os discursos ilustram:

O contrato termina agora e não sei se vai ser renovado, aí, vem essa ansiedade de saber se vai de novo ou não (participante do grupo 1 – usuário/trabalhador).

É tão bom, ter nosso empreguinho. Agora, o ruim é que o projeto acaba agora nesse mês, eu vou ficar desempregada. Tem meus filhos, meus dois filhos, então, já estou preocupada. Porque é só eu para dar contar, e só o Bolsa Família não vai dar, porque é roupa, é gás, é luz, é internet, é tudo (participante do grupo 1 – usuário/trabalhador).

(...) tipo hoje, se acaba, a gente sai e não tem mais o que fazer. Seria bom você sair do projeto e entrar para uma terceirizada de carteira assinada. Seria bom se tivesse essa avaliação para ter essa oportunidade (participante do grupo 1 – usuário/trabalhador).

Nesse contexto, torna-se fundamental que os cursos de formação e aprimoramento destinados a essas pessoas não apenas desenvolvam habilidades técnicas pontuais, mas viabilize possibilidades de sustentabilidade pós-projeto. Neste sentido, a introdução de oficinas voltadas à economia solidária pode funcionar como iniciativas potente de enfrentamento à insegurança diante do desemprego, pois, ao trabalhar com princípios como autogestão, cooperação e produção coletiva, a economia solidária oferece alternativas concretas de geração de renda e pertencimento social.

Para além das iniciativas voltadas à economia solidária, é imprescindível avançar na construção de estratégias que assegurem a permanência desses sujeitos no mundo do trabalho.

A experiência do Mais Emprego revelou que, embora o vínculo temporário represente avanço significativo no resgate da dignidade e na ampliação de possibilidades, a natureza transitória tende a fragilizar o processo de reabilitação psicossocial, que demanda continuidade e estabilidade para produzir efeitos duradouros. Assim, torna-se necessário pensar em mecanismos que articulem a inserção inicial com trajetórias de empregabilidade sustentáveis, por meio de parcerias intersetoriais com empresas privadas, cooperativas e demais organizações que possam absorver essa força de trabalho, garantindo não apenas o resgate, como também a manutenção dos laços empregatícios.

Essa articulação deve ser acompanhada de políticas formativas que superem um caráter meramente assistencialista, deslocando-se para modelos que vinculem a participação no programa à construção de competências técnicas e socioemocionais certificadas. A certificação profissional e a formalização de qualificações adquiridas ao longo da experiência laboral representam passos importantes para ampliar a empregabilidade desses sujeitos em diferentes contextos. Além disso, o condicionamento do trabalho a um processo formativo contínuo, em parceria com instituições educacionais e setores de qualificação profissional, fortalece a perspectiva de autonomia e reduz a vulnerabilidade diante do término do contrato.

Por fim, é pertinente considerar medidas complementares de proteção social, como a concessão de subsídios temporários ou bolsas de transição que viabilizem a permanência em processos de formação, após a saída do programa, já que formações como cursos técnicos tem média de dois anos para conclusão. Essas medidas se configuram como estratégias de justiça social e enfrentamento às barreiras históricas que marginalizam pessoas com transtornos mentais no mercado de trabalho. Ao garantir essa continuidade, consolida-se a reabilitação psicossocial não como política eventual, mas como projeto estruturante de cidadania e inclusão.

6. PRODUTOS TÉCNICOS

6.1 I Simpósio de Saúde Mental e Economia Solidária

A realização do I Simpósio de Saúde Mental e Economia Solidária (Apêndice 6) configurou-se como um dos produtos desta pesquisa, contribuindo diretamente para oferecer visibilidade à população acompanhada pelos dispositivos da RAPS e que, por meio de iniciativa municipal de reabilitação psicossocial, vinte pessoas acompanhadas pela rede encontram-se atualmente inseridas no mercado de trabalho pelo Projeto Mais Emprego, Mais Sobral. O evento teve como uma das principais contribuições a desconstrução de concepções estigmatizantes que historicamente associam usuários da saúde mental à incapacidade ou desmotivação para o trabalho, além de trazer debates sobre economia solidária e possibilitar primeiro contato com atores sociais que viriam a ser informantes-chave na pesquisa.

O público-alvo do simpósio foi composto por usuários da RAPS, profissionais dos serviços de saúde mental e estudantes dos Curso de Psicologia das universidades locais. A programação foi estruturada em dois grandes momentos: no primeiro dia, foi realizada oficina de assessoria em gestão financeira, voltada exclusivamente para os vinte usuários recém-contratados pelo Programa Mais Emprego. No segundo dia, foram promovidas rodas de debate e palestras com temáticas centrais ao campo de estudo, como uma roda de experiências com o tema: O lugar do trabalho na promoção da saúde mental; roda de debates sobre Políticas Públicas e Economia Solidária; e a mesa-redonda intitulada: Trabalho e cuidado: diálogos entre economia solidária e saúde mental. Também, contou-se com apresentação cultural da Banda Tons e Ritmos, formada por usuários e profissionais da RAPS, reafirmando a potência da arte como dispositivo de expressão, pertencimento e cuidado coletivo.

6.2 Curso de aprimoramento profissional

O segundo produto técnico desta pesquisa resultou na construção de um curso de aprimoramento da capacidade técnica profissional na reabilitação psicossocial pelo trabalho (Apêndice 7), destinado a usuários da RAPS que estão inseridos no mercado de trabalho por meio do Programa Mais Emprego, Mais Sobral. Trata-se de proposta formativa desenvolvida a partir das demandas identificadas nas entrevistas com usuários e tutores institucionais, bem como à luz do referencial teórico construído ao longo da pesquisa.

A oferta de um curso pensado a partir das especificidades do público que acessa ao projeto tem como objetivo integrar o desenvolvimento de competências profissionais e relacionais com estratégias de cuidado e fortalecimento da autonomia. Essa proposta busca criar espaço de aprendizado significativo, na qual o conhecimento seja construído de forma acessível, respeitosa e horizontal. O curso, neste sentido, é também uma forma de cuidado e inclusão social, que reconhece o trabalho como elemento importante na reestruturação de vínculos e identidade, mas também que precisa de acompanhamento próximo dentro do campo da reabilitação, para não se tornar um potencializador de sofrimento psíquico.

Por se tratar de tecnologia social construída a partir da experiência prática, o modelo proposto apresenta potencial de replicabilidade em outros contextos e municípios que desejem fortalecer ações intersetoriais de inserção ou reinserção ao trabalho para pessoas que realizam acompanhamento psicológico. Ao combinar fundamentos da reabilitação psicossocial, metodologias participativas de ensino e princípios da economia solidária, o curso se apresenta como ferramenta potente para promoção do conhecimento a ser explorado dentro e fora do trabalho.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como ponto de partida as experiências vividas por trabalhadores usuários da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) inseridos no Programa Mais Emprego, Mais Sobral, para que fosse construído curso de aprimoramento profissional que atendesse às dificuldades enfrentadas e lacunas que ainda persistem no campo do trabalho.

Considera-se que os objetivos delineados no estudo foram alcançados. As análises possibilitaram compreender as múltiplas camadas que atravessam a reabilitação psicossocial pelo trabalho. O mapeamento das dificuldades vivenciadas pelos usuários revelou que a inclusão laboral ainda se depara com entraves estruturais e simbólicos: persistem o preconceito, a naturalização da produtividade como critério de valor e a ausência de acompanhamento institucional que sustente a permanência no trabalho. Esses elementos demonstram que a reinserção, para além de uma oportunidade de renda, demanda redes de apoio capazes de acolher as singularidades dos sujeitos e de tensionar as lógicas normativas que historicamente os excluíram.

A discussão sobre a interface entre o consumo de substâncias e o trabalho revelou um campo de complexidades que não pode ser reduzido a leituras moralizantes. O uso apareceu, simultaneamente, como tentativa de regulação do sofrimento e como fonte de conflito, o que desafia as abordagens de caráter punitivo. Ao adotar a perspectiva da redução de danos, a pesquisa evidenciou que o cuidado, nesse contexto, deve ser compreendido como prática de escuta e construção, que reconhece a vulnerabilidade sem desresponsabilizar o sujeito.

A identificação das necessidades de aprimoramento técnico-profissional evidenciou que o desafio não se limita à oferta de capacitações instrumentais, mas à construção de processos formativos que contemplem dimensões afetivas, relacionais e éticas. Desse modo, o aprendizado mais significativo não se dá apenas na execução da tarefa, mas na experiência de reconhecimento, pertencimento e reconstrução de vínculos sociais, aspectos estes que são constitutivos da reabilitação psicossocial.

Portanto, a construção de um curso de aprimoramento profissional que atenda a critérios relacionais e de reabilitação psicossocial, como produto técnico desta pesquisa, surgiu da necessidade de romper com a lógica verticalizada e excludente das formações tradicionais. Trata-se de um projeto que se alicerça na escuta, experiência e construção coletiva do conhecimento. Esse curso se apresenta como tecnologia social, replicável em outros territórios, que busca articular saberes técnicos, subjetivos e políticos, que valoriza o trabalho não apenas como atividade produtiva, mas como território de reabilitação, reconstrução simbólica e

exercício da cidadania. Ao mesmo tempo, aponta para urgência de reavaliar os critérios de inclusão no mercado de trabalho e investir em políticas públicas que não sejam apenas compensatórias, mas estruturantes.

Ainda que os resultados tenham respondido aos objetivos propostos, o estudo deixa em aberto algumas questões que merecem ser aprofundadas em pesquisas futuras. Entre elas, destaca-se a necessidade de investigações longitudinais que acompanhem os efeitos da inserção laboral na trajetória de vida e no cuidado em saúde mental desses sujeitos, bem como estudos comparativos entre diferentes modalidades de reabilitação psicossocial pelo trabalho. Também seria relevante explorar o papel das redes intersetoriais e comunitárias no suporte a iniciativas semelhantes, de modo a compreender como políticas públicas e experiências locais podem se articular para consolidar projetos de inclusão produtiva de caráter emancipatório.

REFERÊNCIAS

AREOSA, João. *Saúde mental e trabalho: dilemas contemporâneos*. Lisboa: Pactor, 2019.

ALVES, Guilherme Sauzen; OLIVEIRA, Nicolas; DE OLIVEIRA, Clarissa Tochetto. O estigma no processo de doença mental. **Mudanças: Psicologia da Saúde**, v. 32, n. 2, p. 3-12, 2024.

BRASIL. Presidência da República. Decreto Nº 9.761 de 11 de abril de 2019. Aprova a Política Nacional sobre Drogas. Diário Oficial da União, Brasília (DF), 11 abr. 2019.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. Instrutivo Técnico da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) no Sistema Único de Saúde (SUS) [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Ações Programáticas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2022.

CAMPOS, Maiara Reis. Trabalho, alienação e adoecimento mental: as metamorfoses no mundo do trabalho e seus reflexos na saúde mental dos trabalhadores. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 2, p. 797-811, 2017.

CARRASCO, Alessandra Rosini. Interface saúde mental/economia solidária: caminhos possíveis rumo à autonomia. 2023.

CHASSOT, Carolina Seibel; SILVA, Rosane Azevedo Neves da. A pesquisa-intervenção participativa como estratégia metodológica: relato de uma pesquisa em associação. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, p. e181737, 2018.

COSTA, Daianny Madalena; GHISLENI, Ana Cristina. A Pesquisa-Intervenção no Mestrado Profissional e suas possibilidades metodológicas. **Educar em Revista**, v. 37, p. e79785, 2021.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

DE CAMPOS CORRÊA, Avani Maria; DE OLIVEIRA, Guilherme; DE OLIVEIRA, Anny Carolina. O grupo focal na pesquisa qualitativa: princípios e fundamentos. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 34-47, 2021.

DE VASCONCELOS LEAL, Ynakam Luis; BEZERRA DA SILVA, Severino; LINHARES DE AZEVÊDO, Ciro. Círculo de cultura freireano: instrumento metodológico para o ensino profissional. **Revista de Educação Popular**, v. 20, n. 3, 2021.

FABRETTI, Leticia Luana Costa; DA SILVA, Giovana Domingos; DE CARVALHO, Ana Maria Rodrigues. Economia Solidária e Saúde Mental: reflexões sobre uma experiência de incubação. **Revista das ITCPs**, v. 1, n. 1, p. 113-113, 2021.

FERNANDES, Kézia et al. Estigma e preconceito na percepção de pessoas com transtornos mentais. **Inova Saúde**, v. 14, n. 4, p. 31-46, 2024.

FERNANDES, Fausto Rocha; GEDRAT, Dóris Cristina; VIEIRA, André Guirland. O Significado do Trabalho: Um Olhar Contemporâneo. **Cadernos da FUCAMP**, v. 22, n. 56, 2023.

FIGUEIREDO, Allan Diêgo Rodrigues; DA SILVA, André Gustavo Ferreira. Reflexões em torno dos círculos de cultura na perspectiva freiriana: um espaço-tempo de comunicar-formar sujeitos sociais. **Comunicação & educação**, v. 26, n. 2, p. 165-178, 2021.

FRANZOLOSO, Caique Lima Sette; FERRO, Luís Felipe. Economia Solidária e Saúde Mental: Problemáticas e estratégias para a inclusão social de pessoas em sofrimento mental. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 7, p. e57710716924-e57710716924, 2021.

GIL, Antonio. Carlos. **Metodologia do ensino superior**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GORCHINSKI, Patrícia Mudrey et al. Reabilitação psicossocial e saúde mental: Um enfoque na autonomia e na cidadania Psychosocial rehabilitation and mental health: A focus on autonomy and citizenship. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 5, n. 1, p. 666-676, 2022.

HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara Di. Considerações sobre educação popular e escolarização de adultos no pensamento e na práxis de Paulo Freire. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e255872, 2021.

Hatzenbuehler, M. L. Structural stigma: Research evidence and implications for psychological science. *American Psychologist*, 71(8), 742–751. 2016. <https://doi.org/10.1037/amp0000068>

HENRIQUE, Regis Albuquerque; SANTOS, Clara Miranda; VIANNA, João Jackson Bezerra. Sentidos e significados do trabalho entre pessoas em situação de rua. **Psicologia para América Latina**, n. 24, p. 109-120, 2013.

LAMB, Paolo Porciuncula. Et al. **Inclusão de pessoas com transtorno mental no trabalho formal: percepções dos familiares**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 06, Ed. 10, Vol. 05, pp. 63-85. Outubro 2021.

MACEDO, Laura Christina et al. Análise do discurso: uma reflexão para pesquisar em saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 12, p. 649-657, 2008.

MAGALHÃES, João Lucas Barbosa; BRAGA, Filipe Willadino. Música, cultura e arte: percepção dos usuários de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) sobre uma oficina terapêutica. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 23, n. 4, p. e11974-e11974, 2023. <https://doi.org/10.25248/reas.e11974.2023>

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política – Livro I: o processo de produção do capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MAZARO, Lisabelle Manente; MATSUKURA, Thelma Simões; LUSSI, Isabela Aparecida de Oliveira. Economia solidária como estratégia de inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental: panorama nacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, p. 127-146, 2020.

MEDEIROS, Débora; DE FARIA, Pedro Henrique; CAMPOS, Gestão Vagner de Souza Campos; TÓFOLI, Luís Fernando. Política de drogas e Saúde Coletiva: diálogos necessários **ENSAIO**, Cad. Saúde Pública 35 (7), 2019.

MELO, Juliana Rízia Félix; MACIEL, Silvana Carneiro. Representação social do usuário de drogas na perspectiva de dependentes químicos. **psicologia: ciência e profissão**, v. 36, p. 76-87, 2016.

Middle R, Welch L. Experiences of digital exclusion and the impact on health in people living with severe mental illness. *Front Digit Health*. 2022 Nov 22;4:1004547. doi: 10.3389/fdgth.2022.1004547. PMID: 36483535; PMCID: PMC9722951.

MINAYO Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, p. 731-747, 2011.

OLIVEIRA, Nilton Marques de; STRASSBURG, Udo; PIFFER, Moacir. Técnicas de pesquisa qualitativa: uma abordagem conceitual. **Ciências sociais aplicadas em revista**, 2017.

PETRY, Daniel Barcelos. Trajetórias de trabalho e educação de dependentes químicos usuários do CAPS AD III. 2019.

PITTA, Ana Maria Fernandes . **Reabilitação Psicossocial no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

PULGA, Vanderléia Laodete. A Educação Popular em Saúde como referencial para as nossas práticas na saúde. In: **II Caderno de educação popular em saúde**. 123-146. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

RIBEIRO, Mara Cristina; BEZERRA, Waldez Cavalcante. A reabilitação psicossocial como estratégia de cuidado: percepções e práticas desenvolvidas por trabalhadores de um serviço de saúde mental. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n. 3, p. 301-308, 2015.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 23, p. 64-73, 2003.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. **Alea: estudos neolatinos**, v. 7, p. 305-322, 2005.

ROMANINI, Moises; ROSO, Adriane. Mídiação da cultura, criminalização e patologização dos usuários de crack: discursos e políticas. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 483-497, 2013.

ROTELLI, Franco; LEONARDIS, Ota de; MAURI, Franco. **Desinstitucionalização**. São Paulo: Hucitec, 2001.

SARACENO, Benedetto. Reabilitação psicossocial: uma estratégia para a reforma dos serviços de saúde mental. In: Delgado, P. G. & Amarante, P. (Orgs.). *A loucura e seus saberes*. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2001.

SAWAIA, Bader Burihan. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SCHEFFER, Graziela; QUIXABA, Auriane. Trabalho, estigma e uso de drogas: encruzilhadas da inserção ao mercado atual. **Serviço Social & Realidade**, v. 24, n. 2, 2015.

SILVA, Narbal; TOLFO, Suzana da Rosa. Trabalho significativo e felicidade humana: explorando aproximações. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 12, n. 3, p. 341-354, 2012.

SINGER, Paul. Economia Solidária como ato pedagógico. In *Economia Solidária e a educação de jovens e adultos* (pp. 15–20). Inep/MEC. 2005.

SOBRAL. Lei nº 2350, de 20 de abril de 2023. Dispõe sobre o programa Mais emprego, Mais sobral, no âmbito do poder executivo municipal, na forma que indica. Diário oficial. 2023.

SOUSA, Yuri Sá Oliveira et al. Drogas, Normas e Representações Sociais: Uma Análise de Conteúdos Evocados em Diferentes Contextos. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 13, n. 1, p. 55-71, 2021.

SOUZA, Andressa Mayara Silva; RODRIGUES, Rafael Coelho. Democracia e cuidado em saúde mental: atravessamentos éticos e políticos. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 11, n. 2, p. 03-16, 2020.

SOUZA, Fabiana Érica; RONZANI, Telmo Mota. Desafios às práticas de redução de danos na atenção primária à saúde. **Psicologia em Estudo**, v. 23, p. e2306, 2018.

Spanakis P, Wadman R, Walker L, Heron P, Mathers A, Baker J, Johnston G, Gilbody S, Peckham E. Measuring the digital divide among people with severe mental ill health using the essential digital skills framework. *Perspect Public Health*. 2024 Jan;144(1):21-30. doi: 10.1177/17579139221106399. Epub 2022 Aug 5. PMID: 35929589; PMCID: PMC10757390.

VECHI, Luís Gustavo; CHIROSI, Patrícia Sayuri; PRADO, Juliana Novaes Cordeiro. A Inserção Social pelo Trabalho para Pessoas com Transtorno Mental: Uma Análise de Produção Científica. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 9, n. 1, p. 111-123, 2017.

YASUI, Silvio. **Atenção psicossocial e território: entre práticas, vínculos e produção de vida**. São Paulo: Hucitec, 2010.

ZAMBRONI-DE-SOUZA, Paulo César; MORAES, Thiago Drumond. Reflexões sobre a dinâmica psíquica de trabalhadores afastados do trabalho. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, n. 2, p. 103-111, 2018.

APÊNDICE 1



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Este instrumento tem por objetivo realizar o levantamento do perfil de usuários atendidos pela RAPS de Sobral que estão atualmente trabalhando nos dispositivos da prefeitura através do programa Mais Emprego, Mais Sobral.

1. Idade: _____

2. Gênero: () Masculino () Feminino () Outros _____

3. Estado Civil: () Solteiro () Casado () Divorciado Outros _____

4. Qual sua escolaridade?

() Nunca estudou () Ensino médio incompleto

() Alfabetizado () Ensino médio completo

() Ensino fundamental incompleto () Ensino Superior

() Ensino fundamental completo

5. Em qual ou quais serviços da Rede de Saúde Mental você é atendido?

() CAPS AD () Unidade de Acolhimento álcool e drogas

() CAPS Geral Outros _____

6. Estando hoje participando do programa Mais Emprego, em que local você está trabalhando?

() STDE () Unidade básica de Saúde (UBS)

() CAPS AD () Centro de Convenções

() CAPS Geral Outros _____

7. Você já teve algum trabalho formal (carteira assinada) antes do programa mais emprego?

() Sim () Não

8. Você executa alguma outra atividade remunerada?

Sim. Qual? _____ Não

9. Qual a renda familiar?

Menos de um salário Entre 1 e 2 salários Mais de 2 salários

10. Faz o uso de algum tipo de droga?

Não Crack

Álcool Cocaína

Maconha Outras drogas. Quais? _____

Remédios. Quais? _____

11. Qual a frequência do uso das substâncias? (se respondido a pergunta acima).

Todos os dias Uma vez na semana

De 2 a 4 vezes na semana Uma vez ao mês

APÊNDICE 2**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ****Investigador:** Naiana Silva Araújo**Prof. Orientador:** Dr. Paulo Henrique Dias Quinderé**Lócus da Pesquisa:** À definir**Contato investigador:** (88) 994122187 / araujonaiiana@hotmail.com**ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL SEMIESTRUTURADA – GRUPO 1**

01. Como tem sido para vocês participar do programa (dificuldades, limites, tensionamentos, benefícios)?

02. Gostaria que vocês falassem um pouco o consumo de drogas de vocês (como conseguem, formas de uso, onde usam, drogas que usam, o que sentem, qual o papel da droga nas suas vidas).

03. Agora, gostaria de compreender como tem ocorrido o uso de drogas durante o trabalho (utilizou nesses dias, usa durante o trabalho, já foram repreendidos pelo uso, é permitido uso durante o trabalho, realiza o trabalho sob efeito ou em abstinência? Como tem sido isso?).

04. Que formações vocês acham que seria importante ter no projeto (que seja necessária para trabalhar, assuntos importantes de discutir que tem interferido no trabalho para além de necessidades técnicas)?

05. O que mais vocês acham que poderia ter dentro do projeto?

APÊNDICE 3**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ****ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL SEMIESTRUTURADA – GRUPO 2****Investigador:** Naiana Silva Araújo**Prof. Orientador:** Dr. Paulo Henrique Dias Quinderé**Lócus da Pesquisa:** a definir**Contato investigador:** (88) 994122187 / araujonaiiana@hotmail.com**Título:** QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE USUÁRIOS DA REDE DE SAÚDE MENTAL
TRABALHADORES DO PROGRAMA MAIS EMPREGO DO MUNICÍPIO DE SOBRAL

01. Fale um pouco sobre o projeto.
02. Como tem sido o andamento das atividades e a dinâmica de trabalho coletivo com a chegada desse profissional (usuário) na instituição?
03. Como são as condições de trabalho desse pessoal?
04. Quais tipos de apoio, recursos ou estratégias você percebe que seriam úteis/importantes para melhorar no acompanhamento e desenvolvimento das atividades desses profissionais no trabalho?

APÊNDICE 4



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA
PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA - USUÁRIOS DA RAPS**

Investigador: Naiana Silva Araújo

Prof. Orientador: Dr. Paulo Henrique Dias Quinderé

Instituição: Universidade Federal do Ceará - UFC

Endereço: a definir

Contato investigador: (88) 994122187 / araujonaiiana@hotmail.com

Título: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE USUÁRIOS DA REDE DE SAÚDE MENTAL
TRABALHADORES DO PROGRAMA MAIS EMPREGO DO MUNICÍPIO DE SOBRAL

Prezados,

Estamos conduzindo a pesquisa intitulada “**QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE USUÁRIOS DA REDE DE SAÚDE MENTAL TRABALHADORES DO PROGRAMA MAIS EMPREGO DO MUNICÍPIO DE SOBRAL**”, na qual tem como principal objetivo compreender as necessidades de formação e/ou qualificação profissional dos usuários da RAPS, contratados no Programa Mais Emprego, Mais Sobral.

Para levantamento das informações, será aplicado um questionário sociodemográfico e realizado um grupo focal, que constará perguntas disparadoras sobre a as vivências no atual ambiente de trabalho a partir da participação do programa Mais Emprego, a interface no consumo de drogas e trabalho, e principais necessidades que têm experienciado desde o ingresso nas atividades de trabalho. Se autorizado, também utilizaremos um gravador de voz para apoio na coleta dos dados, garantindo fidedignidade dos relatos para compor as discussões da pesquisa.

Informamos que este estudo apresenta riscos mínimos para os participantes, ou seja, caso alguém sinta algum desconforto, será escutado pela pesquisadora e se necessário, encaminhado para os serviços de atendimento de saúde e psicológico existentes no município.

Também não será cobrada nenhuma taxa ou qualquer outro valor para aqueles que se dispuserem a participar do presente trabalho.

As informações obtidas com esta pesquisa serão utilizadas em um Trabalho de Conclusão de Pós-Graduação (Mestrado profissional em Psicologia e Políticas Públicas) e ficarão à disposição de qualquer pessoa na Universidade Federal do Ceará (UFC), para caso desejem ter acesso a ela. Comprometo-me, a repassar os resultados da pesquisa aos participantes do grupo focal assim que estiver concluído. Ressalto que em nenhuma hipótese os participantes serão identificados por seus nomes ou quaisquer tipos de informações que quebrem sua anonimidade.

Caso nos dê anuência para realização da pesquisa, solicitamos a gentileza de assinar o termo abaixo, pois esta é uma condição para a participação no estudo.

Contamos com a sua colaboração e agradecemos-lhe pela atenção,

Participante

Digital

Naiana Silva Araújo
(Pesquisadora)

Dr. Paulo Henrique Dias Quinderé
(Orientador)

SOBRAL, ____ de _____ de ____.

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA(CEP)
UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ-UVA
Av.Comandante Mauricélio Rocha Pontes,150, Campus Derby
Tel: 3677-4255.

APÊNDICE 5**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA
PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA - TUTORES****Investigador:** Naiana Silva Araújo**Prof. Orientador:** Dr. Paulo Henrique Dias Quinderé**Instituição:** Universidade Federal do Ceará - UFC**Endereço:** a definir**Contato investigador:** (88) 994122187 / araujonaiiana@hotmail.com**Título:** QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE USUÁRIOS DA REDE DE SAÚDE MENTAL
TRABALHADORES DO PROGRAMA MAIS EMPREGO DO MUNICÍPIO DE SOBRAL

Prezados,

Estamos conduzindo a pesquisa intitulada “**QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE USUÁRIOS DA REDE DE SAÚDE MENTAL TRABALHADORES DO PROGRAMA MAIS EMPREGO DO MUNICÍPIO DE SOBRAL**”, na qual tem como principal objetivo compreender as necessidades de formação e/ou qualificação profissional dos usuários da RAPS, contratados no Programa Mais Emprego, Mais Sobral. Entender pela visão dos tutores as necessidades de qualificação profissional para os usuários no ambiente de trabalho, possibilitará realizarmos a triangulação de informações e teremos uma visão ampliada dessa experiência, compreendendo os limites e possibilidades dentro do projeto.

Para levantamento das informações, serão realizadas entrevistas individuais semiestruturadas, que constarão perguntas sobre os desafios e possibilidades na orientação, a percepção sobre a motivação dos trabalhadores da RAPS, principais necessidades que visualizam como importantes para melhorar no acompanhamento. Se autorizado, também utilizaremos um gravador de voz para apoio na coleta dos dados, garantindo fidedignidade dos relatos para compor as discussões da pesquisa.

Informamos que este estudo apresenta riscos mínimos para os participantes, ou seja, caso alguém sinta algum desconforto, será escutado pela pesquisadora e se necessário,

encaminhado para os serviços de atendimento de saúde e psicológico existentes no município. Também não será cobrada nenhuma taxa ou qualquer outro valor para aqueles que se dispuserem a participar do presente trabalho.

As informações obtidas com esta pesquisa serão utilizadas em um Trabalho de Conclusão de Pós-Graduação (Mestrado profissional em Psicologia e Políticas Públicas) e ficarão à disposição de qualquer pessoa na Universidade Federal do Ceará (UFC), para caso desejem ter acesso a ela. Ressalto que em nenhuma hipótese os participantes serão identificados por seus nomes ou quaisquer tipos de informações que quebrem sua anonimidade.

Caso nos dê anuência para a realização da pesquisa, solicitamos a gentileza de assinar o termo abaixo, pois esta é uma condição para a participação no estudo.

Contamos com a sua colaboração e agradecemos-lhe pela atenção,

Participante

Digital

Naiana Silva Araújo
(Pesquisadora)

Dr. Paulo Henrique Dias Quinderé
(Orientador)

SOBRAL, ____ de _____ de ____.

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA(CEP)
UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ-UVA
Av.Comandante Mauricélio Rocha Pontes,150, Campus Derby
Tel: 3677-4255.

APÊNDICE 6



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

Campus de Sobral

Programa de Pós-Graduação Profissional em Psicologia e Políticas Públicas
Mestrado Profissional em Psicologia e Políticas Públicas

Relatório de Evento Organizado

Definição: Simpósio realizado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em Psicologia e Políticas Públicas. Organizado pelas discentes do mestrado, destinado a usuários da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do município de Sobral, familiares, profissionais da saúde e estudantes de graduação. Mediado por debates e compartilhamento de experiências sobre temáticas que atravessam a saúde mental, economia solidária, trabalho, transtornos mentais, consumo problemático de álcool e outras drogas.

Identificação do Evento

Título	
I Simpósio de Saúde Mental e Economia Solidária de Sobral-CE	
Linha de pesquisa	
Clínica, saúde e políticas públicas	
Projeto de Pesquisa	
Políticas públicas relacionadas ao uso de substâncias psicoativas, qualidade de vida e promoção da saúde para adolescentes e jovens adultos do município de Sobral-CE	
Equipe de Trabalho	
Nomes	Categorias

Naiana Silva Araújo	Estudante de pós-graduação
Maria Alanne de Oliveira Frota	Estudante de pós-graduação
Paulo Henrique Dias Quinderé	Docente

Detalhamento do Evento

Qual a natureza do evento?

Presencial

Se presencial ou híbrido, qual o local ou os locais onde o evento foi realizado?

Escola de Saúde Pública Visconde de Saboia - ESPVS

No caso de eventos on-line ou híbridos, qual foi a plataforma utilizada para a realização do evento?

-

Período de Realização do evento

Início: 6 de nov. de 2024

Fim: 7 de nov. de 2024

Público-alvo

Usuários, familiares, profissionais da Rede de Saúde Mental de Sobral-CE e estudantes de graduação.

Objetivo do Evento

Fomentar o debate social em torno da economia solidária e saúde mental, trocar experiências como fortalecimento das estratégias de reinserção social e geração de renda direcionado para a Rede Integral de Saúde Mental e Política de Economia Solidária do município.

Demanda

Com poucas possibilidades de atuação no mercado de trabalho, os usuários e familiares da rede de saúde mental de Sobral podem se beneficiar da economia solidária. Porém, as práticas relacionadas ao tema, e nas políticas públicas do município, são pouco debatidas/exploradas. Assim, possibilitar o debate social em torno das temáticas de saúde mental e economia solidária com o público pode potencializar tais práticas, torna-se um caminho.

Fundamentação Teórica

Mesmo na contemporaneidade, com o avanço nas discussões acerca das pessoas que realizam tratamento de saúde mental, ainda persiste uma visão marginalizada e incapacitante sobre estas. O preconceito, exclusão e estigma da pessoa que realiza tratamento nos dispositivos de saúde mental está enraizada na sociedade, dificultando a efetiva reinserção social dos usuários nos diversos espaços sociais e comunitários (Fernandes *et al.*, 2024). Diante disso, as possibilidades de trabalho ofertadas e mantidas a este grupo populacional também são afetadas por esses estereótipos discriminatórios, na qual, cria-se uma representação social pejorativa sobre a pessoa que sofre psiquicamente, com rótulos de incapacitantes, improdutivos e destituídos de seus direitos civis.

Contudo, a Política Nacional de Saúde Mental apresenta componentes que devem ser resguardados pelos dispositivos da RAPS e do Sistema Único de Saúde (SUS). O componente da reabilitação busca estimular a autonomia e o protagonismo de pessoas com experiências de sofrimento mental decorrente de transtornos mentais, uso problemático de álcool e drogas, e/ou ambiência, através de iniciativas de geração de trabalho e renda, empreendedorismos solidários, cooperativas sociais e ações de caráter intersetorial articuladas com os recursos existentes na sociedade (Brasil, 2022). Nessa perspectiva, a economia solidária se apresenta como possibilidade de inclusão social e geração de renda para usuários dos serviços de saúde mental. Pois, consolida-se em bases autogestionárias e sustentáveis, tendo o objetivo de transformar empreendimentos solidários em centros de interação democrático e igualitário, valoriza o trabalho em detrimento ao capital e vivencia outras formas de organizar o trabalho, opondo-se ao modelo de economia capitalista individualista e competitiva (Lima; Silva; Cruz, 2013).

A nível municipal, as práticas de economia solidária inclusiva de pessoas que apresentam sofrimento mental e/ou realizam acompanhamento na RAPS ainda é limitada. Desse modo, identifica-se a importância de organizar espaços para o debate para mobilizar ações que atuem na construção de possibilidades inclusivas para essa população, compreendendo que o trabalho não supre apenas necessidades de existência física, mas também social e simbólica.

Cronograma, Palestrantes (ou qualquer outra designação que o evento use) e Carga

Horária

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

ATIVIDADES	DATA E HORÁRIO	MINISTRANTE/FORMAÇÃO	MEDIADOR
Oficina: Gestão Financeira	Quarta-feira, 06/11/2024 - Das 14h às 17h.	Naiana Silva Araújo / Maria Alanne de Oliveira Frota	Naiana Silva Araújo / Maria Alanne de Oliveira Frota
Roda de Experiências: O lugar do trabalho na promoção de saúde mental	Quinta-feira, 07/11/2024 - Das 07:30h às 09:30h.	Rodrigo Santana Sousa Usuário da Rede de Saúde Mental e trabalhador no CAPS AD na função de receptionista. José Mesquita dos Santos Usuário da Rede de Saúde Mental e trabalhador da STDE na função de Técnico no setor de Formação. Leidiane de Sousa Usuário da Rede de Saúde Mental e trabalhadora de uma Unidade Básica de Saúde na função de Serviços Gerais.	Naiana Silva Araújo / Maria Alanne de Oliveira Frota
Roda de Debates: Políticas Públicas e Economia Solidária	Quinta-feira, 07/11/2024 - Das 09:30h às 11:30h.	Naiana Silva Araújo Psicóloga - Mestranda em Psicologia e Políticas Públicas pela UFC. Maria Alanne de Oliveira Frota Psicóloga - Mestranda em Psicologia e Políticas Públicas pela UFC.	-
Atração Cultural: Banda Tons e Ritmos	Quinta-feira, 07/11/2024 - Das 13h às 14h.	Usuários da Rede de saúde mental, artistas da banda Tons & Ritmos.	-

<p>Mesa redonda:</p> <p>Trabalho e cuidado: Diálogos entre Economia Solidária e Saúde Mental.</p>	<p>Quinta-feira, 07/11/2024 - Das 14h às 17h.</p>	<p>Iratán Bezerra de Sabóia Professor Doutor Universidade Federal do Ceará - UFC</p> <p>Maria do Livramento Albuquerque STDE - Coordenadora de Articulação e Conectividade do Centro de Inovação - Cadeia Criativa.</p> <p>Samantha de Paulo Braga Psicóloga - Graduada em Psicologia. CEREST SOBRAL</p>	<p>Claudine Carneiro Aguiar</p>
---	---	---	-------------------------------------

Método de Avaliação do Evento e Resultados Obtidos

O evento foi avaliado como inovador e mobilizador para mudança, a partir de falas dos participantes ao final de cada bloco de atividades. Referente a atividade de oficina de gestão financeira com os usuários da RAPS, tivemos um retorno também da gestão, convidando-nos para novas parcerias que contemple demais temáticas que tem se apresentado como necessidade dentro do Projeto Mais Emprego com esses trabalhadores usuários da RAPS.

Avaliação do Evento

Impacto Quantitativo e Perfil dos Participantes que Compareceram ao Evento

Participaram do evento 80 pessoas, dentre elas, profissionais da saúde mental, usuários dos serviços da RAPS e estudantes de graduação. Não se tem uma estimativa exata dos benefícios indiretos, mas acredita-se na mobilização desses profissionais da RAPS em construir ou fortalecer possibilidades de geração de renda trabalhadas com os usuários, além do benefício pelas provocações levantadas.

Resultados e Impacto qualitativo

Os participantes tiveram a oportunidade de ampliar o conhecimento acerca das práticas de economia solidária a nível municipal, entendendo, também, as bases desse movimento, que prioriza o trabalho cooperativo, autogestionário e sustentável. Possibilitando o despertar

mobilizações que atuem na construção de projetos de geração de renda para usuários da Rede de Saúde Mental.

Abrangência Realizada

Tivemos como abrangência o município de Sobral.

Abrangência Potencial

A ação poderá ser replicada em outros municípios nacionais, pois serão produzidos e publicados em revistas a experiência e os resultados alcançados com a iniciativa do simpósio.

Replicabilidade

Esta ação é replicável em outros contextos, na medida em que técnicas, articulações e mediações são amplamente utilizadas.

Complexidade

A ação teve médio grau de complexidade, pois demandou a articulação com a prefeitura municipal, sobretudo com a secretaria de saúde mental, que facilitou acessos e apoiou com o incentivo aos profissionais atuantes da RAPS a participarem das atividades propostas.

Inovação

Trata-se de uma técnica inovadora, na medida em que possibilita diálogos sobre um tema em potencial para fomentar a construção de estratégias que possibilitem a reinserção social, por meio do trabalho de pessoas que fazem acompanhamento nos serviços de saúde mental municipal.

Referências

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. Instrutivo Técnico da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) no Sistema Único de Saúde (SUS) [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Ações Programáticas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2022.

FERNANDES, Kézia et al. Estigma e preconceito na percepção de pessoas com transtornos mentais. **Inova Saúde**, v. 14, n. 4, p. 31-46, 2024.

LIMA, Iana Bezerra et al. Políticas públicas de saúde mental e economia solidária: construção de uma nova concepção. *Revista de Enfermagem UFPE on line*, v. 7, n. 3, p. 1008-1015, 2013.

Informações para Cadastro do Produto Técnico

Finalidade (máximo de 255 caracteres com espaços)	A ação teve por finalidade fomentar o debate social em torno da economia solidária e saúde mental, trocar experiências para o fortalecimento das estratégias de reinserção social e geração de renda direcionado para a Rede Integral de Saúde Mental e Política de Economia Solidária municipal.
Impacto - Nível	Alto
Impacto - Demanda	Espontânea
Impacto - Área impactada pela produção	Saúde
Impacto - Tipo	Potencial
Descrição do tipo de impacto (máximo de 255 caracteres com espaços)	A ação possibilitou impacto qualitativo na ampliação do conhecimento acerca das práticas de economia solidária a nível municipal, sendo potencial para despertar mobilizações que atuem na construção de projetos de geração de renda para usuários da Rede de Saúde Mental.
Replicabilidade	Sim
Abrangência territorial	Local
Complexidade	Alta
Inovação	Sem inovação aparente
Setor da sociedade beneficiado pelo impacto	Outras Atividades de Serviços

Declaração de vínculo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFC	Sim
Houve fomento?	Não houve
Há registro/depósito de patente intelectual	Sim
Estágio da tecnologia	Finalizada/Implantada
Há transferência de tecnologia/conhecimento	Sim
URL (endereço na internet onde o produto pode ser localizado)	https://www.instagram.com/simposioeconomiasolidarias/
Observação (informações adicionais)	

APÊNDICE 7



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

Campus de Sobral

Programa de Pós-Graduação Profissional em Psicologia e Políticas Públicas
Mestrado Profissional em Psicologia e Políticas Públicas

PRODUTO TÉCNICO – CURSO DE APRIMORAMENTO DA CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL NA REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL PELO TRABALHO

Definição: O curso de aprimoramento da capacidade técnica profissional na reabilitação psicossocial pelo trabalho, destinado a usuários da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), inseridos no Programa Mais Emprego do município de Sobral, encontra-se estruturado em eixos temáticos que articulam saúde mental, trabalho, economia solidária, educação financeira, redução de danos e competências socioemocionais. A proposta é que seja realizado por meio de oficinas, rodas de conversa, círculos de cultura e atividades práticas, integrando metodologias participativas e de educação popular. Propõe assegurar a promoção da inclusão social pelo trabalho e a construção de parcerias estratégicas entre saúde mental, assistência social, universidades e demais políticas públicas e privadas.

Quadro 1: Elementos do curso, Sobral, 2025.

Tecendo Caminhos: formações e cuidado continuado para usuários da RAPS trabalhadores pelo programa Mais Emprego, Mais Sobral	
Elementos	Descrições
Apresentação	Curso fundamentado nas estratégias de reabilitação psicossocial pelo trabalho. Integra dimensões técnicas, subjetivas e relacionais, articulando cuidado, trabalho e pertencimento como estratégias de cidadania.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Aprimorar capacidades técnicas de usuários da RAPS inseridos no mercado de trabalho; - Fortalecer autonomia e autoestima; - Promover espaços de escuta e pertencimento; - Trabalhar com metodologias acessíveis; - Discutir redução de danos e economia solidária.
Público-alvo	Usuários da RAPS contratados pelo Programa Mais Emprego, Mais Sobral.
Carga horária e duração	100 horas 29 encontros presenciais com carga horária variada Periodicidade: Eixo temático 01 – um encontro mensal; demais eixos quinzenal ou mensal (adaptável a realidade do público e articuladores).

Fonte: própria autora

Quadro 2: Cronograma de atividades, Sobral, 2025.

Eixos temáticos	Objetivos resumidos	Estratégias metodológicas	Parcerias indicadas	Quantidade de encontros e carga horária
Eixo 1 – Cuidado Continuado e Autonomia no Trabalho	Ofertar acompanhamento e orientações preventivas para manter a saúde mental no contexto laboral, fortalecendo vínculo social e autonomia.	Roda de conversa; dinâmicas interativas e educativas; construção e manutenção do Plano Individual do Cuidado.	Profissionais da RAPS e Assistência Social	12 encontros de 2 horas
Eixo 2 – Pertencimento, Identidade e Vínculo com o Trabalho: <i>Quem sou eu e o que o trabalho representa para mim?</i>	Resgatar o sentido do trabalho na construção da identidade e pertencimento social.	Círculo de cultura com exposição de objetos/figuras que provoque falas livre.	Profissionais da RAPS e Assistência Social	2 encontros de 4 horas
Eixo 3 - Práticas Técnicas e Segurança no Trabalho: <i>Cuidados com o ambiente e comigo: EPIs e boas práticas</i>	Orientar normas básicas de higiene, segurança do trabalho e uso de EPI.	Oficina prática sobre o uso de equipamentos e rotinas seguras.	Secretaria de Saúde do Trabalhador, SESMT da prefeitura Municipal	1 encontro de 4 horas
Eixo 4 – Redução de Danos e Cuidado com o Corpo: <i>Diálogo sobre o uso de substâncias</i>	Abordar o uso de substâncias de forma ética e não punitiva, promovendo o cuidado e estratégias de redução de danos.	Roda de conversa sobre autocuidado e redução de danos.	CAPS AD, Coordenação de Saúde Mental, Consultório na Rua	3 encontros de 4 horas
Eixo 5 – Comunicação, Relações Interpessoais: <i>Como me comunico e me relaciono no ambiente de trabalho?</i>	Desenvolver habilidades de convivência, comunicação e segurança em interações sociais.	Rodas de conversa e simulações de situações cotidianas no trabalho (Teatro do Oprimido).	Profissionais de RH, Extensões universitárias com ligas em Psicologia Social e do Trabalho	2 encontros de 4 horas
Eixo 6 – Informática Básica e Mundo Digital: <i>Introdução ao uso do computador e da internet</i>	Ofertar noções básicas de informática. Ver possibilidades de parcerias com institutos.	Aulas introdutórias sobre o uso do computador e da internet.	SENAC, IFCE, Institutos de tecnologia	2 encontros de 4 horas

Eixo 7 – Finanças e Autonomia: <i>Como cuidar do meu dinheiro? noções básicas de educação financeira</i>	Apoiar a organização das finanças pessoais, planejamento e consumo consciente.	Oficina de educação financeira com materiais simples e práticos.	SEBRAE, Bancos Comunitários	2 encontros de 4 horas
Eixo 8 – Economia Solidária e Sustentabilidade: <i>Trabalhar em grupo, produzir em rede</i>	Apresentar princípios e práticas da economia solidária. Oficinas de empreendimentos solidários.	Exposição de experiências, rodas de planejamento coletivo.	Casa da Economia Solidária de Sobral, Cooperativas, Extensões universitárias	4 encontros de 4 horas
Eixo 9 – Encerramento: <i>Nossos caminhos: O que aprendemos, levamos e queremos construir</i>	Estimular a reflexão sobre como aplicaram os conhecimentos no trabalho e fora dele, incentivar o cuidado contínuo.	Círculo de cultura	Coordenadoria de saúde mental do município; responsáveis técnicos dos serviços da RAPS.	1 encontro de 4 horas

Fonte: própria autora.

1. Estratégia metodológica dos eixos

A seguir, estão apresentadas as descrições detalhadas das estratégias metodológicas sugeridas para cada um dos eixos formativos do curso de aprimoramento da capacidade técnica profissional na reabilitação psicossocial pelo trabalho, destinado a usuários da RAPS inseridos no Programa Mais Emprego, Mais Sobral. As propostas não possuem caráter definitivo, mas orientador, funcionando como possibilidades práticas de operacionalização dos conteúdos. Estas metodologias foram pensadas a partir das escutas realizadas durante a pesquisa e fundamentadas em referenciais teóricos, respeitando as singularidades dos informantes-chave do estudo. É importante destacar que as atividades descritas podem ser replicadas em totalidade, parcialmente adaptadas ou mesmo substituídas por outras, conforme contexto local, disponibilidade de recursos, características dos participantes envolvidos e do aplicador da tecnologia social.

Eixo 1 - Cuidado Continuado e Autonomia no Trabalho

Sugere-se que este eixo possua uma característica distinta em relação aos demais, por se configurar como espaço permanente de acompanhamento e suporte, realizado por meio de

encontros mensais, com duração média de duas horas ao longo de todo o projeto. Trata-se de uma proposta de tutoria em saúde mental, funcionando como uma estratégia de cuidado continuado que visa prevenir o adoecimento, fortalecer vínculos e garantir que o trabalho cumpra sua função de emancipação e autonomia, e não de opressão e sofrimento.

A periodicidade mensal desses encontros possibilita acompanhar as transformações, desafios e conquistas vivenciadas pelos usuários/trabalhadores no cotidiano laboral, sendo um espaço seguro para expressão de dificuldades e fortalecimento da rede de apoio. Tal formato rompe com práticas pontuais e fragmentadas de capacitação, indo de encontro com uma lógica de formação-processo, na qual, o aprendizado se constrói no diálogo constante entre o conhecimento dos sujeitos e o conhecimento teórico, a fim de melhorar sua capacidade de resolver os conflitos que surgem no cotidianos pelas análises e reflexão da localidade em que está inserido (Oliveira *et al.*, 2021).

Portanto, sugere-se que as atividades sejam desenvolvidas a partir de metodologias ativas, como rodas de conversa, dinâmicas vivenciais e práticas integrativas, combinadas com discussões educativas sobre temas emergentes ao grupo, como: gestão do estresse, manejo do tempo, comunicação assertiva, direitos trabalhistas, prevenção ao adoecimento. Assim, o foco não é apenas transmitir informações, mas promover um espaço horizontal e participativo, em que o conhecimento é produzido coletivamente a partir da realidade concreta dos sujeitos (Figueiredo; Silva, 2021).

Além disso, seria interessante a construção de um Plano Individual de Cuidado voltado às especificidades do mundo do trabalho para cada participante, e que pudesse ser revisitado individualmente a cada trimestre. Essa estratégia asseguraria que as demandas singulares fossem contempladas, reforçando a autonomia e a corresponsabilidade pelo processo de inclusão. Deste modo, o papel do facilitador será atuar como mediador e apoiador, estimulando a escuta ativa, o compartilhamento de experiências e a construção conjunta de alternativas para lidar com as exigências do ambiente laboral, reduzindo riscos de agravamentos dos quadros de saúde mental pelo trabalho.

Eixo 2 - Pertencimento, Identidade e Vínculo com o Trabalho: *Quem sou eu e o que o trabalho representa para mim?*

Sugere-se que este encontro seja realizado ancorado no círculo de cultura de Paulo Freire. Este método é compreendido como espaço que rompe com a lógica mecânica da escola tradicional e se propõe a ser um lugar de escuta, acolhimento, construção conjunta e

transformação social. Também favorece a horizontalidade e a corresponsabilidade no processo educativo, permitindo que cada pessoa se reconheça coautora do processo formativo (Figueiredo; Silva, 2021). Esse aspecto é relevante quando se trabalha com populações historicamente marginalizadas e estigmatizadas, pois o reconhecimento do protagonismo fortalece a autoestima e a construção de vínculos, elementos centrais na reabilitação psicossocial.

Cada participante será convidado a expressar, por meio de recortes de revistas, desenhos ou palavras escritas, aquilo que o trabalho representa em sua vida, seja como experiência vivida, como expectativa ou desejo. Essa produção simbólica funciona como um disparador de narrativas, estimulando memórias afetivas e sentidos construídos ao longo da trajetória pessoal. A atividade reafirma a perspectiva freiriana, que valoriza o saber do sujeito e constrói coletivamente o conhecimento a partir da realidade concreta (Figueiredo; Silva, 2021). Ao materializarem as percepções, por meio dessas expressões visuais ou textuais, os participantes são convidados a refletir sobre o papel do trabalho na vida dos sujeitos, reconhecendo-o não apenas como fonte de renda, mas como eixo importante para a identidade e da cidadania. Assim, o facilitador terá o papel de mediador dialógico, estimulando a escuta empática, o reconhecimento mútuo e a construção de vínculos entre os participantes.

Eixo 3 - Práticas Técnicas e Segurança no Trabalho: *Cuidados com o ambiente e comigo: EPIs e boas práticas*

Nesse eixo, a estratégia recomenda é oficina. Segundo Pulga (2014), as oficinas são caracterizadas como espaços vivos de experimentação e invenção. Cada etapa é construída em diálogo com os participantes, sendo uma experiência coletiva, flexível e compartilhada. Trata-se de um ambiente multidimensional, em que a criação, o planejamento e a condução se dão de maneira colaborativa. Nesse sentido, para falar sobre a temática de segurança no trabalho, indica-se que a oficina seja organizada como percurso prático-expositivo, na qual alterne entre momentos de exposição dialogada e demonstrações de uso dos EPIs. Podem ser utilizadas maquetes, vídeos curtos e kits reais de EPI para facilitar o contato sensorial com os materiais, além de desenvolver situações simuladas para os participantes refletirem.

Também, abordará conceitos básicos como tipos de EPIs, orientações de como usá-los corretamente, a relevância em usá-los, riscos do não uso, descarte correto e normas de segurança para serviços gerais e ambientes insalubres. Para melhor fixação, recomenda-se que

ao final, com o apoio do facilitador, os participantes construam coletivamente um pequeno manual ilustrado sobre os cuidados básicos em suas funções.

Eixo 4 – Redução de Danos e Cuidado com o Corpo: *Diálogo sobre o uso de substâncias*

Este encontro é indicado a ser realizado no formato de roda de conversa, compreendida como um espaço horizontal, de troca e escuta, que valoriza a experiência dos participantes como saber legítimo. Como apontam Adamy *et al.* (2018), a roda de conversa é uma estratégia metodológica de ressonância coletiva, que consiste na criação de espaços de diálogo, na qual as pessoas se expressam, escutam os outros e a si mesmas, estimulando assim a construção da autonomia dos sujeitos por meio da problematização, do compartilhamento de informações e da reflexão para a ação. Portanto, trata-se de um ambiente acolhedor e democrático, sendo estas características indispensáveis para se falar acerca do consumo de álcool e outras drogas, incluímos aqui também os psicotrópicos.

Portanto, a atividade tem como objetivo promover espaço seguro e ético para que os participantes possam dialogar sobre suas experiências com o uso de substâncias, sem julgamento ou imposição de condutas. Com base na perspectiva da redução de danos, busca-se produzir sujeitos mais autônomos, com responsabilidade por escolhas e corresponsáveis no enfrentamento de suas dificuldades, sem deixar de reconhecer e intervir sobre as vulnerabilidades que envolvem este consumo (Souza; Ronzani, 2018). Portanto, visa-se desconstruir abordagens moralizantes e punitivas, promovendo o cuidado a partir da singularidade de cada sujeito.

A proposta é que os participantes reflitam sobre os próprios modos de cuidar de si, identifiquem situações de vulnerabilidade e construam coletivamente estratégias mais seguras para lidar com o uso de substâncias. Serão utilizados recursos como perguntas disparadoras, cartazes para escrita coletiva e, se oportuno, pequenos vídeos ou relatos em áudio como provocadores de debate. Nesse sentido, recomenda-se que a condução não seja expositiva, e sim dialógica, valorizando o saber da experiência vivida pelos participantes.

Ao final da roda, é importante que ocorra síntese coletiva, em que os participantes sejam convidados a nomear o que aprenderam, o que desejam compartilhar com os colegas e quais formas de cuidado poderiam ser fortalecidas no cotidiano do trabalho e da vida. Nesse contexto, a roda de conversa não visa abstinência, mas ampliação das possibilidades de cuidado, reconhecendo os sujeitos como protagonistas do processo de transformação.

Eixo 5 – Comunicação, Relações Interpessoais e Etiqueta Profissional: *Como me comunico e me relaciono no ambiente de trabalho?*

Este eixo propõe o desenvolvimento de habilidades de convivência, comunicação e segurança nas interações sociais, tendo em vista que muitos usuários relataram sentimento de insegurança, vergonha ou dificuldade de se posicionar em contextos formais de trabalho. A proposta metodológica será desenvolvida em dois encontros, com uso de rodas de conversa e simulações de situações cotidianas do ambiente profissional, permitindo que os participantes compartilhem experiências, treinem habilidades e ampliem a confiança nas relações interpessoais.

A roda de conversa, como dialogada no eixo anterior, ancora-se como espaço horizontal de escuta e construção coletiva de sentidos, valorizando o saber da experiência. Por isso, também importante de ser explorada nesse eixo, pois promove a reflexão crítica sobre as formas de se comunicar, se posicionar e conviver no trabalho.

Além disso, recomenda-se que sejam utilizadas simulações e dramatizações de situações corriqueiras no ambiente laboral a partir da realidade concreta dos espaços em que estão atuando. Estas atividades podem ser inspiradas na metodologia do teatro do oprimido, de Augusto Boal, que permite encenar conflitos reais de forma lúdica e segura. De acordo com Berger (2014), o teatro do oprimido configura-se por um conjunto de técnicas e formas de reflexão e ação política e social. Tem o objetivo de potencializar as capacidades expressivas dos oprimidos e romper com as formas de opressão e repressão pela via da compreensão e intervenção na realidade. Portanto, a partir dessas encenações, serão conduzidos diálogos mediados para refletir sobre as emoções envolvidas, os desafios enfrentados e os caminhos possíveis para o enfrentamento de impasses cotidianos que prejudicam as relações sociais e interpessoais.

Eixo 6 – Informática Básica e Mundo Digital: *Introdução ao uso do computador e da internet*

Dentre os eixos propostos no curso de qualificação, este talvez represente um dos mais desafiadores em termos de estrutura e metodologia. A proposta de introduzir os participantes no mundo digital exige, idealmente, a parceria com instituições que disponham de laboratórios de informática equipados, de modo a garantir o acesso concreto aos dispositivos e permitir que

o aprendizado ocorra de maneira prática. O ensino de informática, nesse contexto, não pode ser apenas teórico, ele precisa ser vivido e experimentado com os participantes, operando os equipamentos de forma ativa e orientada.

Para além da infraestrutura, há também o desafio da linguagem. Muitos dos participantes expressaram desejo em aprender a mexer no computador, editar vídeos, navegar na internet e utilizar redes sociais, mas também relataram dificuldades em acompanhar cursos tradicionais. A escuta realizada nas entrevistas revelou que o ensino técnico precisa ser acessível não apenas em conteúdo, mas também na forma como é transmitido, priorizando o ritmo mais lento, por vezes, explicações repetidas e apoio contínuo.

Dessa forma, propõe-se que as atividades deste eixo sejam desenvolvidas de maneira prática, utilizando abordagens que respeitem os tempos individuais e estimulem o aprender fazendo. As aulas podem ser organizadas por meio de explorações visuais dos componentes do computador, navegação básica na internet, introdução a editores de texto e ao uso da tecnologia no cotidiano para acessar contas de e-mail, realizar agendamentos on-line, ou mesmo preparar um currículo simples. Portanto, é importante que o instrutor/educador conduza o processo com escuta atenta e sensibilidade às limitações de cada participante.

Parcerias com instituições como SENAC, IFCE, escolas técnicas ou laboratórios de informática municipais são recomendadas para este eixo, considerando tanto o espaço físico quanto o apoio de educadores especializados nessa área. Ressalta-se que a introdução ou mesmo aperfeiçoamento dos participantes para a tecnologia, não visa apenas a instrumentalização em funções específicas de trabalho, mas ampliar a autonomia no acesso à informação, aos direitos e à vida digital, o que é cada vez mais fundamental para o exercício pleno da cidadania no mundo contemporâneo.

Eixo 7 – Finanças e Autonomia: *Como cuidar do meu dinheiro? noções básicas de educação financeira*

Este eixo propõe-se a desenvolver apoio relacionado à organização da vida financeira dos participantes, considerando que a autonomia econômica está diretamente vinculada à construção da cidadania e à autoestima. Muitos usuários relataram dificuldades com o uso do dinheiro, especialmente no contexto de vulnerabilidade e consumo de substâncias. Por isso, propõe-se uma oficina de educação financeira, com foco no cotidiano dos participantes, respeitando suas realidades econômicas e formas singulares de lidar com o dinheiro.

A metodologia será centrada no uso de dinâmicas lúdicas, como simulações de situações de compra, planejamento semanal de gastos, e construção de uma "caixinha de objetivos", na qual os participantes são incentivados a projetar sonhos e calcular os caminhos possíveis para alcançá-los. Também, será trabalhado acerca do consumo consciente, incluindo reflexões sobre propagandas, créditos, armadilhas do endividamento e o papel das emoções nas decisões financeiras. Ao final, os participantes poderão criar os próprios mapas de gastos, que poderá funcionar como planos financeiros pessoais.

Eixo 8 – Economia Solidária e Sustentabilidade: *Trabalhar em grupo, produzir em rede*

Diante da recorrente preocupação dos participantes com o encerramento dos contratos temporários, este eixo é significativamente importante por ter um potencial emancipador. Os relatos revelaram que, para muitos, o trabalho atual representa não apenas uma fonte de renda, mas um marco de reorganização subjetiva e social. Neste cenário, pensar alternativas de continuidade de geração de renda após o término do contrato é tão necessário quanto pensar as qualificações para demandas presentes. Assim, a introdução da economia solidária como campo de formação e reflexão é uma ferramenta potente para ampliar o horizonte de possibilidades de geração de renda e pertencimento social.

Desse modo, este eixo propõe a apresentação de princípios e práticas da economia solidária, com foco no fortalecimento da autonomia e na construção coletiva de alternativas sustentáveis. Diferente da lógica capitalista de competição, a economia solidária se baseia na cooperação, autogestão, solidariedade e sustentabilidade, buscando romper com os processos excludentes do mercado formal. Portanto, se configura como escolha política que valoriza o trabalho como meio de transformação pessoal e coletiva (Singer, 2008).

Recomenda-se que nos encontros desse eixo sejam trabalhados a exposição de experiências concretas, a roda de planejamento coletivo e as dinâmicas de construção de ideias empreendedoras. Como recurso metodológico, sugere-se que tenha uma oficina de planejamento coletivo, em que os participantes sejam incentivados a pensar em projetos ou empreendimentos possíveis, seja individuais ou em grupo, de acordo com suas afinidades, saberes, desejos, necessidades de seus territórios.

A condução da oficina pode contar com parcerias da Casa da Economia Solidária, cooperativas locais e extensões universitárias que trabalhem com incubadoras de empreendimentos ou projetos de formação para economia popular. Ressalta-se que a iniciativa

do eixo não objetiva criar um negócio já executável de imediato, mas fomentar a reflexão acerca da autogestão como possibilidade de sustento e reabilitação.

Eixo 9 –Encerramento: *Nossos caminhos: O que aprendemos, levamos e queremos construir*

Assim como o curso foi iniciado com a metodologia do Círculo de Cultura, enquanto espaço de escuta, diálogo e partilha, é coerente e simbólico que também se encerre por meio dessa mesma metodologia. Este momento de encerramento tem como objetivo valorizar os caminhos trilhados ao longo do curso, possibilitando a cada participante elaborar sentidos sobre o processo vivenciado e projetar possibilidades de continuidade.

Além disso, o eixo busca estimular reflexões sobre o uso prático dos aprendizados nas experiências cotidianas e nas relações de trabalho, sem desconsiderar os desafios ainda enfrentados. Trata-se de uma oportunidade para reconhecer o curso como ponto de passagem e transformação. Por isso, este espaço também abre possibilidade reflexiva para a construção de estratégias futuras, seja no campo do cuidado, da formação continuada ou da organização coletiva, aproximando-se de cooperativas, novos cursos, rodas de cuidado ou iniciativas de economia solidária.

A mediação realizada por representantes da Coordenadoria de Saúde Mental e responsáveis técnicos dos serviços da RAPS será importante para acolher essas devolutivas, criar escuta institucional e garantir que os aprendizados e demandas identificadas possam reverberar na rede de atenção psicossocial. Sugere-se a entrega de certificado simbólico, que transcende a formalidade, pois representa marco de reconhecimento do esforço, da trajetória e da potência de cada um.

REFERÊNCIAS

ADAMY, Edlamar Kátia et al. Validación en la teoría fundamentada en los datos: rondas de dialogo como estrategia metodológica. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, p. 3121-3126, 2018.

BERGER, William. Augusto Boal e o teatro do oprimido. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 33, 2014.

FIGUEIREDO, Allan Diêgo Rodrigues; DA SILVA, André Gustavo Ferreira. Reflexões em torno dos círculos de cultura na perspectiva freiriana: um espaço-tempo de comunicar-formar sujeitos sociais. **Comunicação & educação**, v. 26, n. 2, p. 165-178, 2021.

OLIVEIRA, Ingridy Karoline Pereira et al. Educação permanente em saúde: desafios e aplicabilidade. **Caderno de Graduação-Ciências Biológicas e da Saúde-UNIT-SERGIPE**, v. 7, n. 1, p. 82-102, 2021.

PULGA, V. L.A Educação Popular em Saúde como referencial para as nossas práticas na saúde. In: BRASIL. Ministério da Saúde. II Caderno de educação popular em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

SINGER, P. (2005). Economia Solidária como ato pedagógico. In Economia Solidária e a educação de jovens e adultos (pp. 15–20). Inep/MEC.

SOUZA, Fabiana Érica; RONZANI, Telmo Mota. Desafios às práticas de redução de danos na atenção primária à saúde. **Psicologia em Estudo**, v. 23, p. e2306, 2018.

ANEXO 1



**PREFEITURA DE SOBRAL
SECRETARIA DA SAÚDE
COMISSÃO CIENTÍFICA**

PARECER PROTOCOLO Nº 0300/2024

Declaramos ter ciência dos objetivos e da metodologia do projeto de pesquisa de do Programa de Pós-graduação em Profissional em Psicologia e Políticas Públicas intitulado "Qualificação Profissional de Usuários da Rede de Saúde Mental Trabalhadores do Programa Mais Emprego do Município de Sobral", desenvolvido por Naiana Silva Araújo sob a orientação da Prof. Paulo Henrique Dias Quinderé.

Na condição de instituição coparticipante do projeto supracitado, concordamos em autorizar o desenvolvimento da pesquisa a ser realizada com profissionais da Rede de Atenção Psicossocial do município de Sobral/CE. Reitera-se a necessidade, por parte dos pesquisadores, o cumprimento das recomendações éticas da **Resolução nº 580/2018** que trata sobre especificidades das pesquisas de interesse estratégico para o Sistema Único de Saúde ao longo do projeto de pesquisa.

Ressaltamos que esta autorização NÃO desobriga as pesquisadoras de se orientarem pelas determinações éticas propostas na **Resolução nº 466/2012 Conselho Nacional de Saúde - CNS/MS**, as quais, enquanto instituição coparticipante nos comprometemos a cumprir. Assim como de solicitar anuência aos participantes por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Esta autorização está condicionada à aprovação prévia da pesquisa supracitada por um Comitê de Ética em Pesquisa. O descumprimento desse condicionamento ou de qualquer outra ação em desfavor dos participantes ou do serviço assegura-nos o direito de retirar esta anuência a qualquer momento da pesquisa.

Lembramos ainda que é de responsabilidade dos pesquisadores encaminhar a esta Comissão Científica cópia da pesquisa no prazo máximo de 30 dias após sua conclusão, como forma de compromisso com a sociedade e o Sistema de Saúde de Sobral, em razão das possíveis melhorias advindas dos resultados do estudo. Reitera-se que pendências

Código de Validação: PP11201731981269F
Emitido em: Sobral, 08 de julho de 2025, às 10:27, pelo Sistema Integrado da Comissão Científica - SICC
Este documento pode ser validado no endereço plataformasabola.esf.sobral.ce.gov.br/sicc/apps/validacao, através das informações acima.



**PREFEITURA DE SOBRAL
SECRETARIA DA SAÚDE
COMISSÃO CIENTÍFICA**

no envio do Relatório de Pesquisa podem levar a não apreciação de solicitações posteriores.

A autenticidade deste documento pode ser verificada conforme orientação constante no rodapé. Em caso de dúvidas, contate-nos pelo telefone (88) 3695-4266 ou pelo e-mail comissao.cientifica1@gmail.com

Sobral, 28 de Janeiro de 2025

Brisana Índio do Brasil de Macêdo Silva

Comissão Científica da Secretaria da Saúde de Sobral
Brisana Índio do Brasil de Macêdo Silva

ANEXO 2

UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ - UVA/CE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE USUÁRIOS DA REDE DE SAÚDE MENTAL TRABALHADORES DO PROGRAMA MAIS EMPREGO DO MUNICÍPIO DE SOBRAL

Pesquisador: NAIANA SILVA ARAUJO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 86907725.8.0000.5053

Instituição Proponente: Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.470.282

Apresentação do Projeto:

Vide Versão anterior.

Objetivo da Pesquisa:

Vide Versão anterior.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Vide Versão anterior.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Vide Versão anterior.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Pendência relativa ao orçamento foi resolvida, a saber, o responsável técnico e administrativo do orçamento foi claramente indicado.

Recomendações:

Vide Versão anterior.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pendência relativa ao orçamento foi resolvida, a saber: o responsável técnico e administrativo do orçamento foi claramente indicado.

Sem mais, encaminhado para aprovação.

Endereço: Av Comandante Maurocêlio Rocha Ponte, 150

Bairro: Derby

CEP: 62.041-040

UF: CE

Município: SOBRAL

Telefone: (88)3677-4255

Fax: (88)3677-4242

E-mail: cep_uva@uvanet.br

Continuação do Parecer: 7.470.282

Considerações Finais a critério do CEP:

Pendência relativa ao orçamento foi resolvida, a saber: o responsável técnico e administrativo do orçamento foi claramente indicado.

Sem mais, encaminhado para aprovação.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2495250.pdf	20/03/2025 19:49:32		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.pdf	20/03/2025 19:47:34	NAIANA SILVA ARAUJO	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_CORRIGIDO_assinado.pdf	20/03/2025 19:47:13	NAIANA SILVA ARAUJO	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderostoassinada.pdf	19/02/2025 15:36:46	NAIANA SILVA ARAUJO	Aceito
Outros	QUESTIONARIO_SOCIODEMOGRAFICO.docx	07/02/2025 15:18:47	NAIANA SILVA ARAUJO	Aceito
Outros	Grupo_focal.docx	07/02/2025 15:17:55	NAIANA SILVA ARAUJO	Aceito
Outros	ROTEIRO.docx	07/02/2025 15:17:32	NAIANA SILVA ARAUJO	Aceito
Declaração de concordância	parecer.pdf	07/02/2025 15:11:49	NAIANA SILVA ARAUJO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	07/02/2025 15:04:17	NAIANA SILVA ARAUJO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	07/02/2025 15:03:35	NAIANA SILVA ARAUJO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av Comandante Maurocéllo Rocha Ponte, 150
Bairro: Derby **CEP:** 62.041-040
UF: CE **Município:** SOBRAL
Telefone: (88)3677-4255 **Fax:** (88)3677-4242 **E-mail:** cep_uva@uvanet.br

Página 02 de 03

Continuação do Parecer: 7.470.282

SOBRAL, 27 de Março de 2025

Assinado por:
 Eroteide Leite de Pinho
 (Coordenador(a))